

A Produção para Autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



A Produção para Autoconsumo no Brasil uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006

Relatório de Pesquisa



Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da

Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

A Produção para Autoconsumo no Brasil **uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**

Relatório de Pesquisa

FICHA TÉCNICA

O objetivo deste relatório é mensurar e analisar os dados sobre a produção para o autoconsumo referentes aos estabelecimentos rurais brasileiros, tendo por base as informações do Censo Agropecuário 2006. Trata-se de um exercício inovador que possibilitou aferir pela primeira vez em âmbito nacional esta estratégia de reprodução social. Definida uma metodologia para mensurar a produção para autoconsumo, verificaram-se o comportamento e a importância econômica desta estratégia em estabelecimentos com diferentes condições socioeconômicas e sua expressão nos estados brasileiros.

Coordenação geral

Brancolina Ferreira – CODER/DISOC/IPEA

Fábio Alves – CODER/DISOC/IPEA

A pesquisa que deu origem a este relatório foi conduzida pela Coordenação de Desenvolvimento Rural da Diretoria de Estudos e Pesquisas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (CODER/DISOC/IPEA) e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS) no âmbito do Subprograma de Apoio a Redes de Pesquisas (PROREDES) do Programa de Mobilização da Competência Nacional para Estudos sobre o Desenvolvimento (PROMOB): Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011 – Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006.

Coordenação da pesquisa

Sergio Schneider – PGDR/UFRGS

Leonardo Xavier – PGDR/UFRGS

Elaboração e redação / Equipe técnica

Catia Grisa – UFRGS

Sergio Schneider – UFRGS

Marcelo Antonio Conterato – UFRGS

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 O AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR	11
3 METODOLOGIAS DE CÁLCULO DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO.....	18
4 UMA LEITURA DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabelas

- 1 – Presença de autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros
- 2 – Número, proporção de estabelecimentos e valores médios de autoconsumo por estabelecimento, de acordo com a proporção da produção para autoconsumo na produção total
- 3 – Valores e tipos de autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros
- 4 – Número e proporção de estabelecimentos que produzem para autoconsumo e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo sexo da pessoa que dirige o estabelecimento
- 5 – Valor médio da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros que produziram para autoconsumo, segundo estratos de área
- 6 – Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo estratos de valor da produção total
- 7 – Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo classificação do PRONAF
- 8 – Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo classificação da Lei da Agricultura Familiar
- 9 – Importância do autoconsumo no valor da produção total (VPT) nos estabelecimentos em que este foi identificado, segundo estratos de área
- 10 – Número de estabelecimentos que produzem para autoconsumo e valor médio do autoconsumo por estabelecimento – estados e Distrito Federal
- 11 – Importância do autoconsumo no VPT nos estabelecimentos em que este foi identificado – estados e Distrito Federal

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resultou da iniciativa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea de estimular pesquisadores e grupos de pesquisa a realizar análises e estudos a partir dos dados do novo Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009). Neste contexto, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) interpretou esta como uma excelente oportunidade para aprofundar estudos acerca do meio rural brasileiro, oficializando um projeto de cooperação, em 2009, entre o Ipea e a UFRGS/PGDR, o qual foi desenvolvido ao longo de 2010 e 2011. Por meio desta cooperação, via Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006, foi possível desenvolver, entre outras questões, o tema produção para autoconsumo na agricultura brasileira.

A divulgação dos dados do Censo Agropecuário 2006 permitiu um amplo olhar sobre as características da agricultura, da pecuária e da população rural brasileira. A década entre 1996 e 2006, período intercensitário, compreende um momento em que a agropecuária brasileira foi submetida a um conjunto de transformações que reafirmam sua relevância para o desenvolvimento do país (Gasques, Vieira Filho e Navarro, 2010; Delgado, 2010). É de conhecimento generalizado que a agricultura brasileira ampliou sua importância para a economia do país, particularmente no que concerne ao equilíbrio das contas nacionais, dado sua relevância para a geração de divisas via exportação. Da mesma forma, aprofundou-se o padrão tecnológico gerado no período anterior e consolidou-se o processo de expansão da agricultura para as regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Neste período, também, o Estado brasileiro retomou o seu papel de financiador na agricultura por meio de infraestruturas e políticas de crédito rural, seguro, comercialização, assistência técnica e pesquisa agropecuária; institucionalizou os agricultores familiares como sujeitos de direito; e implementou políticas diferenciadas de desenvolvimento rural (Mielitz Netto, 2010; Medeiros, 2010; Delgado, 2010; Picolotto, 2009). Um dos exemplos desta retomada do papel do Estado e, ao mesmo tempo, do reconhecimento da agricultura familiar concerne à criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. Em 1996, este programa aplicou um montante aproximado de R\$ 550 milhões, alocados em 311 mil contratos; já em 2011, este montante passou para R\$ 13,3 bilhões, distribuídos em 1,53 milhão de contratos.¹

A análise das informações disponibilizadas no Censo Agropecuário 2006 oportuniza compreender em maior profundidade esse conjunto de transformações, evidenciar as características da agricultura brasileira e, por conseguinte, subsidiar as ações do Estado e dos demais atores sociais para o próximo período. Ao mesmo tempo, como resultado daquelas transformações no meio rural, o Censo Agropecuário 2006 também traz uma inovação importante porque, pela primeira vez, foram disponibilizadas informações sobre a agricultura familiar, uma categoria social que ganhou reconhecimento no Brasil e no mundo, seja por sua importância na produção de alimentos, seja em função do que representa em termos de promoção de formas mais equitativas de produção e, portanto, desenvolvimento inclusivo, social e econômico. Com efeito, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) declarou que o ano de 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar (International Year of Family Farming – IYFF). Os dados deste censo permitirão avançar na compreensão das condições econômicas, sociais e produtivas dos estabelecimentos familiares, das suas diferentes estratégias de reprodução social e das suas variações regionais.

Usufruindo dessa oportunidade, este trabalho pretendeu analisar as características e a importância da produção para autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários brasileiros

1. Recentemente foi anunciado o Plano Safra 2012-2013, no qual são destinados R\$ 22,3 bilhões para a agricultura familiar, sendo R\$ 18 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (Brasil, 2012).

a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. O autoconsumo compreende toda a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo, incluindo os produtos de origem animal, os produtos oriundos das lavouras permanentes e temporárias, da silvicultura, da floricultura, da extração vegetal e da agroindústria doméstica. Trata-se, nestes termos, de uma produção que é destinada ao ciclo interno da unidade de produção, que acaba se autoaproveitando com produtos para a própria alimentação e outros usos do estabelecimento. Foi a partir desta definição que este trabalho buscou dimensionar a expressão e as características desta produção, a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006.

Até cerca de uma década, a produção para o autoconsumo era interpretada, em ambientes políticos e institucionais, como um resquício do passado ou como algo que “sobrou da tradição”, sendo sinônimo de atraso ou prática avessa à modernização. Não raro, os autores consideravam que a existência desta produção caracterizava um tipo de agricultura avessa ao mercado ou ainda não inserida neste, a qual produzia basicamente para o sustento da família, em uma arquetípica situação de economia natural. Não foram poucos os estudiosos que consideraram que se tratava de uma situação fadada ao desaparecimento, tendo em vista que, ao incorporar tecnologias e outros insumos característicos do padrão técnico-produtivo denominado de moderno na agropecuária, crescentemente, as unidades produtivas tenderiam a interrompê-la, a despeito de ela não ser realizada com a finalidade de obter valor mercantil.

Mais recentemente, desde o início dos anos 2000, alguns pesquisadores brasileiros retomaram os estudos e as pesquisas sobre essa prática, indicando se tratar de uma tradição recontextualizada, que poderia cumprir vários papéis e funções no meio rural contemporâneo. Para além da constatação de que a produção para o autoconsumo não desaparecera, os estudos também indicaram os vínculos e as potencialidades da produção para autoconsumo com emergentes discussões sobre pobreza e fome no meio rural. Tornou-se particularmente importante a vinculação das análises sobre o potencial desta produção no acesso à alimentação, oferta de alimentos saudáveis, estabilidade monetária, sociabilidade e identidade das famílias rurais, vindo a constituir uma referência importante nas estratégias e ações de segurança alimentar e nutricional que se desenham nesta época no Brasil. Do Nordeste ao Sul, vários estudos de caso ressaltaram a importância social e econômica da produção para o autoconsumo na agricultura familiar (Anjos, Caldas e Hirai, 2009; Hirai, 2008; Teixeira e Silva, 2008; Menasche, 2007; Grisa, 2007; Teixeira e Silva, 2007; Leite, 2004; Gazolla, 2004; Anjos *et al.*, 2004; Maluf, 2003; Norder, 1998).

Acompanhando essa retomada do tema nos estudos rurais, observa-se igualmente uma ressignificação da produção para o autoconsumo no âmbito governamental. Vários programas e políticas dos governos federal e estadual passaram a reconhecer a produção para o autoconsumo como um elemento que contribui para a promoção da segurança alimentar e nutricional, a redução da pobreza e a inclusão socioproductiva no meio rural. O Plano Brasil Sem Miséria, executado em âmbito nacional, e seu congênere no Rio Grande do Sul, o Programa RS Mais Igual, são exemplos neste sentido. Em ambos há ações que buscam estimular a produção para o autoconsumo aliada a um conjunto de políticas que visam enfrentar a pobreza extrema por meio de melhorias nas condições socioeconômicas das famílias rurais no Brasil.

É no ensejo desse conjunto de estudos e iniciativas governamentais que este trabalho pretende dar uma contribuição ao estimar e caracterizar a produção para autoconsumo nos estabelecimentos rurais do Brasil. Trata-se de uma iniciativa pioneira de analisar a produção para o autoconsumo em âmbito nacional e agregado que se soma ao conjunto de estudos de casos já realizados. Na verdade, este trabalho dá sequência aos estudos que vêm sendo realizados no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Agricultura Familiar e

Desenvolvimento Rural (GEPAD), a partir dos quais foi desenvolvida a base metodológica que serve de suporte à mensuração e análise da produção para o autoconsumo no meio rural brasileiro, além de tentar indicar possíveis elementos que interferem em seu desempenho (Grisa, 2007; Gazolla e Schneider, 2005; Gazolla, 2004). Em que pesem os limites de compreender esta prática a partir de dados quantitativos, a análise aqui desenvolvida poderá contribuir para demonstrar a sua incidência, o seu lugar no conjunto das atividades agropecuárias e a sua importância econômica em todo o território nacional.

Além desta introdução, este trabalho está organizado em mais quatro seções. Com base nos estudos já realizados, a primeira seção discute os papéis da produção para o autoconsumo na agricultura familiar, destacando sua contribuição para a segurança alimentar, a diversificação dos meios de vida, a estabilidade monetária e a economia das famílias, a reconexão entre homem e natureza, a sociabilidade e a identidade das famílias rurais. Visando estimular novas pesquisas sobre o tema, a segunda seção discute as diferentes metodologias empregadas para mensurar esta prática, incluindo a descrição do método utilizado no Censo Agropecuário 2006. Na terceira seção, são analisados os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a importância do autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Por fim, na última seção, são elencadas algumas considerações sobre o trabalho realizado.

2 O AUTOCONSUMO NA AGRICULTURA FAMILIAR

As últimas décadas marcaram um período de intensas transformações técnico-produtivas no meio rural brasileiro. Em curto espaço de tempo, instrumentos de trabalho e insumos tradicionais foram substituídos por inovações que “modernizaram” a agricultura (Graziano da Silva, 1996; Martine, 1991). À medida que estas se intensificaram, foi minimizada a base endógena de recursos e insumos controlada pelas unidades familiares, tornando-se a agricultura uma atividade cada vez mais dependente de mercados a montante e a jusante. O trabalho e os processos produtivos passaram a ser organizados cada vez mais em função do aumento da capacidade de geração de valores de troca, sobretudo baseado em produtos que possibilitam maior retorno financeiro. Os mercados tornam-se as principais estruturas sociais a condicionar as relações dos agricultores com os objetos e os meios de trabalho. Recursos e tarefas que anteriormente eram desenvolvidos na e pela unidade produtiva, em uma via de “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida”, passaram para o domínio de atores externos, sob a forma de “reprodução dependente” (Ploeg, 2006; 1990). Objetos, instrumentos e, progressivamente, o próprio trabalho tornam-se mercadorias mobilizadas em diversos circuitos mercantis.

Concomitantemente observa-se, por um lado, o aumento dos custos produtivos e, por outro, a estagnação, ou mesmo queda, dos preços de venda, o que Ploeg (2008; 1992) denomina de *squeeze* da agricultura. Conforme Owen (1966), a pressão do mercado competitivo força a produção crescente dos alimentos a custos progressivamente mais baixos. Isto significa que, nestas circunstâncias, os beneficiários do progresso tecnológico na agricultura são automaticamente transferidos para os intermediários da produção e para os consumidores, tão logo o impacto cumulativo das inovações tecnológicas aumente a oferta global de produtos primários, o que produz queda nos preços médios. Esta tendência geral é, muitas vezes, atribuída à própria dinâmica do setor, na qual os produtores de mercadorias compram insumos em mercados oligopolizados – poucas firmas produzem os insumos, por isso podem interferir no preço dos insumos aos produtores – e vendem suas produções em mercados concorrenciais – muitos produtores produzindo, portanto, não podem influenciar o preço de venda. Neste entendimento, Ploeg (2006) alerta que “as relações na agricultura estão em crise”. Na visão de Ploeg (2006), esta “crise” se deve às pressões externas exercidas sobre os agricultores,

as quais são oriundas dos processos de mercantilização e externalização da agricultura, que, por conseguinte, podem provocar incremento da vulnerabilidade social e perda de autonomia para a agricultura familiar.

Segundo Ellis (2000; 1998), os agricultores passam a vivenciar uma situação de vulnerabilidade quando aumenta sua sujeição a contextos e/ou condicionantes de risco e instabilidade, podendo comprometer a reprodução social das unidades familiares ou deixá-las mais propensas à insegurança alimentar. Nesta mesma perspectiva, Chambers (1995) mostra que vulnerabilidade significa exposição e desproteção. Exposição remete a choques, tensões e riscos, ao passo que desproteção significa falha nos meios que permitiriam enfrentá-la. Em se tratando da mercantilização e da externalização da agricultura discutidas por Ploeg (2008; 2006), a exposição e a desproteção emergem justamente da especialização produtiva e da instabilidade dos mercados comumente associados a estes processos – mercado de *commodities*.

Perda de autonomia, como interpreta Ploeg (2006; 1990), significa minimização do controle do processo produtivo e, de um modo geral, da reprodução social pela unidade familiar. De acordo com Ploeg (2006; 1990), unidades familiares com “reprodução relativamente autônoma e historicamente garantida” organizam a produção de tal modo que uma parte do resultado do trabalho é destinada aos mercados e a outra, à reprodução dos fatores de produção e insumos necessários ao ciclo precedente, garantindo uma base de recursos autocontrolada. Nesta forma, parte dos objetos e dos meios necessários para o ciclo produtivo são frutos do ciclo precedente, não aparecendo como mercadorias, mas como valores de uso para a unidade familiar. A atual produção agrícola, dependente da reprodução em ciclos anteriores, estabelece as bases para os ciclos futuros, tornando a reprodução, e o ciclo produtivo, um processo historicamente garantido. Neste processo, as unidades familiares apresentam maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a reprodução social (Ploeg, 1990).

Em um contexto de mercantilização e externalização da agricultura, a produção para o autoconsumo – ou produção de alimentos “pro gasto”, como denominam os agricultores – também é afetada e fica vulnerável. Incitados a produzir, sobretudo, produtos comerciais para serem vendidos – ou, conforme ressalta Jean (1994), “visíveis e tangíveis” –, sancionados pelo mercado, as unidades familiares são estimuladas a diminuir o tempo e o espaço dedicados ao trabalho “invisível”, que é a produção de alimentos para o seu consumo próprio.

Desse modo, a produção “pro gasto”, aquela que é autoconsumida no interior do estabelecimento, foi se reduzindo ao longo dos anos, e, lentamente, a alimentação das famílias rurais passou a depender cada vez mais da compra de produtos nos mercados (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Gazolla, 2004).² Em muitos casos, este é um processo indelével, o qual Anjos (2003) denominou de “reconversão forçada”, que incita e estimula os agricultores a passarem de policultores para se tornar “tributários do regime monocultivo”, cingidos pela especialização produtiva e pelo abandono do autoconsumo.

2. Deve-se advertir, entretanto, que não há uma relação linear entre mercantilização da agricultura e redução da produção para autoconsumo. O fato de as unidades familiares reduzirem o autoconsumo não significa necessariamente incremento da mercantilização da agricultura (Ploeg, 1990); nem o incremento da mercantilização da agricultura acarreta obrigatoriamente redução no autoconsumo (Gazolla, 2004). Outros fatores também podem favorecer a redução do autoconsumo, como: o ciclo demográfico da família e famílias cada vez menos numerosas, significando menos “braços para trabalhar”; redução do tamanho das propriedades devido a partilha por herança ou venda de terras; produção de cultivos comerciais intensivos em trabalho; condições socioeconômicas precárias, que estimulam as famílias a se dedicarem aos cultivos comerciais ou venderem sua força de trabalho; recebimento de outras rendas, como a renda da Previdência Social e de atividades não agrícolas; facilidade de acesso aos mercados; comodidade na aquisição de alimentos prontos; e alterações nos hábitos alimentares, influenciados pelos meios de comunicação e pela incorporação de novos eletrodomésticos – geladeira e freezer (Grisa, 2007). É o somatório deste conjunto de elementos, ora uns influenciando mais que outros, que determinam a intensidade e importância desta produção para a agricultura familiar.

Contudo, a produção para autoconsumo é de suma relevância para a reprodução social das unidades familiares. Autores clássicos das ciências sociais, como Chayanov (1974) e Wolf (1976), já destacavam a importância desta prática na organização produtiva e econômica dos camponeses. Similarmente, alguns autores brasileiros também se dedicaram à temática, como Heredia (1979), Brandão (1981), Garcia Júnior (1983; 1989), Woortmann e Woortmann (1997) e Candido (2001 [1964]). Mais recentemente, houve uma retomada de pesquisas sobre o tema, destacando principalmente a contribuição desta produção para a segurança alimentar, a redução da pobreza rural, as interfaces com a sociabilidade e a identidade social dos agricultores (Menasche, 2007; Ramos, 2007; Grisa, 2007; Leite, 2004; Gazolla, 2004; Santos e Ferrante, 2003). Este novo impulso acadêmico repercutiu nos espaços públicos e em ambientes políticos e institucionais, fazendo com que a produção para o autoconsumo ganhasse novo significado e, portanto, estabelecesse indagações sobre suas características e expressão nos estabelecimentos agropecuários.

Com o propósito de contribuir com esse processo de retomada das reflexões sobre a produção para autoconsumo, na sequência, são discutidos alguns papéis que esta produção desempenha na agricultura familiar. Serão aqui apresentadas e discutidas seis funções, quais sejam: *i*) manter a alimentação sob controle da unidade familiar – ao contrário de um processo de mercantilização/externalização – e contribuir para a segurança alimentar; *ii*) diversificar os meios de vida; *iii*) economizar recursos e potencializar o uso da força de trabalho e da terra; *iv*) restabelecer a coprodução entre homem, trabalho e natureza; *v*) promover a sociabilidade; e *vi*) contribuir com a identidade social.

2.1 Autoconsumo e segurança alimentar

Uma das funções, ou papéis, que mais é atribuído à produção para autoconsumo refere-se à garantia da autossuficiência alimentar da família e da unidade produtiva. Estudos como os de Garcia Júnior (1989), Grisa (2007) e Gazolla (2004) foram unânimes em reconhecer o papel estratégico que a produção para consumo próprio tem na garantia da segurança alimentar. Os agricultores que são capazes de produzir os alimentos e as matérias-primas usadas para seu consumo ou dos animais da unidade produtiva diferenciam-se das outras unidades porque não dependem integralmente de insumos externos para levar a termo o seu processo de produção, que pode tanto satisfazer às necessidades de uso próprio como servir para a troca, na forma de excedentes comercializáveis ou mesmo intercambiáveis.

Essas diferenças foram asseveradas nas análises de Ploeg (2008; 2006; 1992; 1990), que sugere haver diferenças notáveis entre o que chama de uma “reprodução relativamente autônoma” – que busca reproduzir-se a partir de ciclos precedentes e da internalização de recursos e tarefas – e a “reprodução dependente do mercado” – incitada pelos processos de mercantilização e externalização da agricultura, em que a realização da produção e a criação de riqueza dependem de insumos externos, que são mobilizados ou acessados via compra ou mesmo por meio de empréstimos. A produção para o autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente à unidade familiar a satisfação de uma de suas necessidades vitais, a alimentação. Os alimentos seguem da lavoura ou da criação para a casa, sem nenhum processo de intermediação que os tornem valores de troca. Como menciona Garcia Júnior (1989, p. 127), ao autoconsumir, as unidades familiares “(...) diminuem o tempo em que estão expostas à flutuação dos preços pagos ao consumidor, reduzindo os momentos em que são apenas compradoras”.

Além do acesso e da disponibilidade de alimentos, ao manter interna à família a atribuição de produzir a própria alimentação, asseveram-se outros princípios da segurança

alimentar, como a qualidade dos alimentos e a adequação aos hábitos alimentares locais.³ Por ser destinada ao consumo próprio dos membros da família, a produção reservada ao autoconsumo, em geral, é isenta de agrotóxicos e outros produtos químicos, utilizando-se de esterco de animais, cinzas, restos de alimentos e outros materiais que não comprometem a sanidade e a qualidade – esta, não raro, é superior. Além de fortalecer a base endógena de recursos, este procedimento promove a utilização e a reciclagem de recursos disponíveis localmente, sem agredir o meio ambiente e sem comprometer a condição socioeconômica da família. Na verdade, ao contrário, a produção para autoconsumo fortalece estas dimensões. Desfrutar de alimentos “sem venenos” e saber o que está consumindo são algumas das principais justificativas para a existência do autoconsumo nos estabelecimentos (Grisa, 2007). Como observou Menasche (2003), os agricultores consideram que os alimentos comprados não são inteiramente confiáveis quanto a este critério, mesmo adotando medidas profiláticas – lavar e descascar –, pois a questão fundamental é saber como e quem os produziu e de que modo.

Outrossim, há uma outra característica que associa a produção para autoconsumo a outros princípios da segurança alimentar, como o respeito às preferências alimentares e práticas de preparo e consumo das comunidades locais. Neste sentido, é possível afirmar que o autoconsumo tem uma função de preservação da cultura, dado que muitas destas práticas são repassadas de pais para filhos, em sinergia com as condições socioambientais e a própria história local. Como mencionaram Maluf, Menezes e Marques (2001, p. 18), “são estas tradições, peculiares a cada grupo social, que permitem às pessoas se reconhecerem como integrantes do mesmo tecido social”.

É relevante considerar, no entanto, que, em termos quantitativos, a produção para o autoconsumo pode não satisfazer à demanda alimentar, pois, como apontou Norder (2004), pode haver deficiência em relação a determinados nutrientes em decorrência da sazonalidade, das dificuldades de cultivo e dos próprios hábitos alimentares. Todavia, Norder (2004) também evidenciou que as famílias rurais que apresentam melhor adequação nutricional são aquelas cujos índices do autoconsumo são mais elevados. Em outros termos, ainda que esta produção possa não atender de modo suficiente os critérios de quantidade e qualidade nutricional, ratifica-se sua relevância para a segurança alimentar.

2.2 Diversificação dos meios de vida e “economização”

De acordo com Ploeg (2006), o regime sociotécnico dominante na agricultura atualmente torna o processo produtivo cada vez mais dependente do mercado, cada vez mais concentrado a um limitado número de agricultores, com custos de produção crescentes – necessidade constante de adotar e renovar tecnologias – e com redução nas margens de lucro – por unidade de produto e hectare. Aumentar a escala e buscar a especialização tornam-se critérios para o desenvolvimento da agricultura. No entanto, a especialização produtiva também pode levar a vulnerabilidade, e, não raro, estas duas dimensões caminham juntas. Ao se especializar em um ou outro produto, as famílias ficam expostas aos “humores dos mercados” e às relações por eles estabelecidas, como as variações de preços, entre outros, tendo seus meios de resguardo e proteção fragilizados.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da diversificação dos meios de vida, que, segundo Ellis (2000, p. 15), dizem respeito a “(...) um processo pelo qual as unidades

3. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2004), segurança alimentar e nutricional é entendida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

domésticas constroem um portfólio diversificado de atividades e ativos com o objetivo de sobreviver e melhorar seu padrão de vida”. A diversificação dos meios de vida significa também multiplicar as fontes de renda, variando a renda agrícola, ampliando as rendas agrícolas fora da unidade de produção, investindo em ocupações que gerem rendas não agrícolas e acessando transferências sociais ou rendas derivadas de remessas de familiares (Ellis, 2000; 1998). A diversificação das rendas reduz o impacto de falha em uma fonte de renda; diminui a variabilidade de rendas entre os anos resultando em uma maior estabilidade na produção agrícola e nos mercados; e diminui o efeito dos riscos climáticos, financeiros e de outras tensões.

Uma das estratégias de diversificação mais eficientes destacadas por autores como Ellis e outros refere-se ao reforço da produção para o autoconsumo, que funcionaria como uma espécie de renda não monetária que auxilia na estabilidade socioeconômica das unidades familiares. Segundo Leite (2004), a produção para o consumo familiar possui um efeito anticíclico, compensando as épocas de baixos rendimentos monetários nos estabelecimentos e as variações destes ao longo do ano, o que proporciona uma renda total mais constante. Ademais, a produção para o autoconsumo apresenta a marca da alternatividade, ou seja, a característica de possibilitar tanto o consumo como a transformação destes em valores de troca, conforme a demanda da família, as condições de preço, precibilidade etc. (Garcia Júnior, 1989; 1983; Heredia, 1979). Esta possibilidade proporciona maior autonomia à família, que pode utilizar diferentes estratégias para enfrentar situações adversas ou apoderar-se de momentos propícios, sem comprometer a esfera da alimentação. O autoconsumo é, portanto, um importante “instrumento de proteção frente às incertezas e oscilações da produção mercantil” (Maluf, Menezes e Marques, 2001, p. 8).

Para Ellis (2000; 1998), as estratégias de diversificação podem ser classificadas em dois tipos, dependendo do contexto em que a unidade familiar está inserida: *escolha e adaptação* ou *reação e necessidade*. Estratégia como *escolha e adaptação* refere-se a uma reação voluntária e proativa de diversificação, em que as unidades domésticas que já possuem condições sociais e materiais à sua reprodução objetivam melhorar o padrão de vida, ascender socialmente, acumular capital, podendo se configurar como um mecanismo de diferenciação social. Já uma estratégia de *reação ou necessidade* é uma resposta involuntária e infortuna, em que a reprodução da unidade doméstica está ameaçada e suscetível à sazonalidade, aos fatores de risco e às falhas nos ativos (Ellis, 2000; 1998).

Enquanto estratégia de diversificação, o autoconsumo pode ser classificado nas duas categorias. No primeiro caso, as famílias podem também manter este tipo de produção em virtude da segurança alimentar e nutricional, sobretudo pela qualidade dos alimentos. No segundo caso, o autoconsumo surge fundamentalmente como uma forma de aumentar a autonomia e minimizar a vulnerabilidade. Trata-se principalmente daquelas unidades familiares cuja reprodução está dependente dos mercados por conta da mercantilização e externalização acentuadas. Em ambos os casos, a produção para o autoconsumo aparece como uma forma de *economização*, que possibilita economizar recursos financeiros para investir em outros bens (Lovisol, 1989).

Economização é uma expressão referida por Lovisol (1989) para demonstrar mais uma função do autoconsumo e sua importância à condição socioeconômica da agricultura familiar. Segundo o autor, este termo refere-se à forma de aproveitar o tempo e a força de trabalho ociosos do estabelecimento produzindo para o consumo familiar e também ao fato de que, ao produzir seus alimentos, a unidade familiar deixa de gastar com a compra destes nos mercados (Lovisol, 1989).

Em pesquisa realizada em quatro municípios do Rio Grande do Sul, por exemplo, observou-se que o autoconsumo representa em média 27,24% da renda total das unidades familiares (Grisa, 2007). Esta economia permite às unidades familiares o acesso a outros bens igualmente necessários. Como afirma Woortmann (1978, p. 114), “(...) realizando seu consumo alimentar em boa medida pela produção própria, o pequeno lavrador aumenta as possibilidades de realização, pela via do mercado, de outras fontes de consumo, não menos importantes para sua reprodução como ser social”. Produzir para consumo familiar é uma estratégia dos agricultores familiares para aumentar a qualidade de vida e a condição socioeconômica, estratégia que não está disponível para muitos outros segmentos sociais em situação de pobreza (Norder, 1998).

2.3 Reconexão entre homem, natureza e trabalho

Segundo Ploeg (2006), durante a segunda metade do século XX, a relação entre processo produtivo e ecossistemas foi desconectada. Homem e natureza se afastaram. Recursos antes derivados da natureza, reproduzidos e melhorados pelo processo de produção agrícola foram crescentemente externalizados e substituídos por artefatos construídos e comercializados por indústrias, que, cada vez mais, prescrevem e governam o processo produtivo agrícola. Em uma linguagem sociológica já sedimentada, pode-se dizer que se ampliou o grau de mercantilização e emergiram novas relações de dependência. Em face disto, algumas iniciativas têm buscado a reconexão da agricultura com a natureza, ou a coprodução (Ploeg, 2006).

O autoconsumo, por sua vez, é uma prática que contribui para estabelecer, ou retomar, essa coprodução. Conforme Santos e Ferrante (2003), uma característica importante da produção vegetal para o autoconsumo é que ela geralmente utiliza resíduos da produção agrícola e animal – palhadas, esterco etc. – e recursos oferecidos pelo próprio ambiente – fertilidade natural do solo, por exemplo –, otimizando assim os recursos disponíveis no lote. Se a criação animal, por meio do esterco, beneficia a produção vegetal, esta também contribui com aquela mediante a produção para autoconsumo “mais que o gasto” não vendida, que serve como fonte de alimentação aos animais (Heredia, 1979). Estas práticas rearticulam diferentes atividades produtivas, reaproximam o homem da natureza e contribuem para reduzir a externalização do processo produtivo.

Outros importantes recursos utilizados na produção para o autoconsumo, e que apresentam estreita relação com esta busca pela reconexão à natureza, referem-se às sementes e ao saber fazer. As sementes geralmente são procedentes dos ciclos produtivos anteriores, nos quais houve o cuidado de coletá-las, selecioná-las e armazená-las para a produção futura. Segundo Heredia (1979, p. 58), “(...) os pequenos produtores preferem utilizar as sementes provenientes da própria colheita, não apenas pela economia que isto implica, mas também porque dessa forma têm certeza de haver realizado uma seleção cuidadosa das melhores”. Quanto ao saber fazer, o autoconsumo é uma forma de produção que utiliza o conhecimento e a experiência acumulada ao longo de gerações. É um tipo de produção aprendido com o pai e a mãe e com o grupo social ao qual se pertence. Como denominaram Woortmann e Woortmann (1997, p. 13), há um “corpo do saber” que antecede a produção propriamente. A posse deste “corpo do saber” é um dos fatores que permite que o atendimento das necessidades alimentares da família seja saciado, em grande medida, por ela mesma. Conhecer os potenciais, as limitações e o como e quando plantar cada cultura são elementos que permitem à unidade familiar gerir e aproveitar melhor seus recursos.

2.4 Promoção da sociabilidade

Como destacam Brandão (1981), Candido (2001), Ramos (2007) e Menasche (2007), a produção para autoconsumo também é um importante instrumento de promoção e estímulo da sociabilidade rural. Os alimentos oriundos desta prática encontram-se presentes em muitos momentos da vida social, como em encontros, festas, reuniões familiares etc. Para elucidar, citam-se dois casos frequentes evidenciados em Grisa (2007): os encontros do “Clube de Mães” e os “filós”, ou “serões”, típicos da cultura italiana. Os primeiros são encontros realizados pelas mães com fins de discussão de assuntos de seus interesses e confraternização. Em determinado momento do encontro, socializa-se a “merenda”, composta por muitos alimentos oriundos da produção para autoconsumo, produzidos ou elaborados pelas mães – biscoitos, bolos caseiros, rapaduras, amendoim etc. Os segundos são encontros, visitas, que um parente, vizinho, ou amigo faz a outro, sempre à noite, depois da janta, e, em meio a conversas, sempre há algo para comer, sendo geralmente produto oriundo da produção da família.

Ademais, parte dessa produção é destinada a trocas e/ou doações para vizinhos, parentes e amigos. É comum a troca de sementes, mudas, frutas, pedaços de carne etc. Se em tempos passados ou alhures, estas trocas possuíam uma utilidade prática⁴ e serviam para complementar a dieta alimentar, hodiernamente sua importância está relacionada, sobretudo, à sociabilidade e reciprocidade. Como observam Marques *et al.* (2007, p. 104), “o valor simbólico da doação, da oferta de alimentos para a troca, evidencia-se como elemento criador e mantenedor de vínculos e compromissos com os indivíduos e famílias”. Esta estrutura social serve para dar suporte às escolhas dos indivíduos/famílias e funciona como uma proteção em situações de ameaça à reprodução social destes (Ellis, 2000; 1998). É importante mencionar que estas trocas geralmente ocorrem assentadas na reciprocidade, em que há alguma garantia de retribuição. Como observa Candido (2001, p. 181), implicitamente, estabelece-se um acordo, mediante o qual “(...) o ofertante adquire em relação ao beneficiado uma espécie de direito tácito a prestação equivalente”.

Assim, por meio de trocas, doações, reuniões e encontros, com presença de comida e alimentos característicos do autoconsumo, as famílias, mais que alimentos, socializam saberes, experiências e “favores”. Renovam-se os sentimentos comunitários, afirma-se a inserção na comunidade e dá-se mais solidez à estrutura social, importante componente da reprodução social e da autonomia das unidades familiares.

2.5 Autoconsumo e identidade

Produzir para o autoconsumo significa mais que produzir “comida para satisfazer” necessidades biológicas, consiste em produzir “alimentos” que atendem a identidade social dos agricultores familiares. Em que pese a mercantilização da agricultura e as transformações derivadas, a produção para o autoconsumo continua sendo um componente relevante da identidade das unidades familiares, do *ethos* de colono, como menciona Seyferth (1991), referindo-se aos agricultores do Sul do Brasil.⁵ Deixar de produzir para o autoconsumo, além de fragilizar a reprodução social da unidade produtiva, compromete a identidade do

4. Por exemplo, quando ainda não havia geladeira e *freezer*, a família que abatia um animal repartia a carne com os vizinhos, como forma de aproveitar ao máximo o consumo desta antes que se deteriorasse. Algum tempo depois, outra família abatia outro animal e procedia do mesmo modo. Outro exemplo concerne à troca de sementes, materiais de plantio e outros alimentos que permitem aumentar a diversidade genética, minimizando a influência de efeitos adversos (Marques *et al.*, 2007; Gazolla, 2004).

5. Para Seyferth (1991, p. 38), a identidade do colono se caracteriza pelo “(...) trabalho familiar, posse de terras em quantidade suficiente para permitir a atividade de cultivo, produção voltada em primeiro lugar para o consumo doméstico (privilegiando-se, assim, a policultura com criação), participação nas atividades de solidariedade etc.”

indivíduo enquanto um agricultor digno e socialmente reconhecido. Afinal, no meio rural, elementos como honra e orgulho advêm de atributos pessoais e das capacidades relacionadas ao saber fazer ou ao conhecimento tácito. Como destaca Brandão (1981), os agricultores sentem-se orgulhosos em produzir os alimentos que consomem e, não raro, doar para quem os visitam algum excedente ou mesmo variedades para replantio, especialmente cultivos, como temperos, chás e todo tipo de cultivo que exista no espaço da horta e do pomar. É motivo de autoestima para as famílias, que podem demonstrar que quase tudo de que necessitam provém do próprio trabalho na terra e ainda possuem excedentes que podem doar, como se fosse sinal de abundância ou fartura e, portanto, de um agricultor bem-sucedido. De modo semelhante, Woortmann e Woortmann (1997, p. 85) evidenciam que os sitiante sergipanos estocam seus mantimentos em recipientes localizados na sala principal da casa, “(...) bem à vista dos visitantes, como prova da competência do pai. São sinais que expressam a identidade de lavrador do sitiante”. Deste modo, ao produzir para o autoconsumo, as unidades familiares se autorreconhecem e são reconhecidas.

3 METODOLOGIAS DE CÁLCULO DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO

Uma das principais dificuldades e limitações no estudo da produção para o autoconsumo relaciona-se a problemas de aferição e cálculo do valor desta e, sobretudo, a dificuldades para determinar os limites em relação à produção comercial. Para contribuir neste debate e estimular os estudos sobre este tema, além de apresentar o cálculo utilizado pelo IBGE para mensurar o autoconsumo a partir do Censo Agropecuário 2006, esta seção pretende discutir as metodologias empregadas por outros autores e projetos de pesquisa. Dando continuidade aos esforços iniciados por Grisa (2007), Tartaruga, Gazolla e Schneider (2005) e Gazolla (2004), este trabalho busca fomentar um debate metodológico e subsidiar a realização de novas pesquisas sobre a produção para o autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

3.1 O cálculo do autoconsumo segundo Afrânio Garcia Júnior (1983; 1989)

Embora Garcia Júnior (1983; 1989) não defina um conceito de produção para o autoconsumo, a leitura de seus trabalhos permite entender que se refere somente à produção destinada à alimentação da unidade familiar. A produção destinada ao consumo dos animais e aos usos gerais do estabelecimento – ferramentas, adubação, alimentação animal etc. – é denominada por ele de autoconsumo intermediário, seguindo expressão manifesta por Tepicht (1973).

Garcia Júnior (1983; 1989) sustenta que o cálculo do valor da produção para o autoconsumo deve ser realizado com base nos preços médios pagos pelo consumidor, ou seja, os preços que seriam pagos pelos alimentos caso fossem adquiridos no mercado. Para compreender melhor este argumento, deve-se considerar que o objetivo da obra de Garcia Júnior (1989) consistia em demonstrar que existe uma racionalidade que orienta a escolha dos cultivos pelos camponeses. Segundo Garcia Júnior (1989), há elementos que interferem na decisão ou no *cálculo* das unidades familiares entre produzir para o *gasto da casa* e produzir lavouras comerciais ou de *exportação*, como, por exemplo, a flutuação dos preços no mercado, a existência de condições técnicas de produção, o consumo alimentar familiar e a disponibilidade de força de trabalho da família. O somatório destes elementos determinaria a opção por produzir ou comprar, autoconsumir ou vender determinado alimento.

De acordo com Garcia Júnior (1989), as unidades familiares produziram lavouras comerciais se:

$$Q_L \times P_L \geq C_S \times P_S(C)$$

Sendo Q_L a produção física; P_L o preço unitário ao produtor da lavoura comercial; C_S o consumo socialmente necessário para a família; e $P_S(C)$ o preço médio ao consumidor das lavouras de subsistência. Ou seja, a renda da lavoura comercial é superior à renda necessária para atender ao consumo dos produtos de autoconsumo, avaliados em termo de preços semanais ao consumidor. As palavras do autor auxiliam a esclarecer:

(...) para que a lavoura comercial, que não tem alternatividade,⁶ seja mais interessante (...), é preciso que com o mesmo trabalho doméstico se consiga uma renda monetária superior ao somatório superior, não à renda monetária que possa ser proporcionada pela venda das lavouras com alternatividade, ao final do ciclo agrícola, mas que *seja superior ao somatório das rendas monetárias que a cada semana, a cada feira, permitiriam comprar a dinheiro os produtos essenciais ao consumo doméstico*. A renda monetária da lavoura comercial tem, portanto, de ser ponderada pela variação dos preços dos *produtos de subsistência* (...). A flutuação destes preços ao consumidor dos *produtos de subsistência* pode ser de tal ordem que anule a diferença de produtividade do valor por unidade de tempo trabalhada (Garcia Júnior, 1989, p. 123).

Ainda de acordo com Garcia Júnior (1989), as unidades familiares produziram lavoura de subsistência, as quais contêm produção para o autoconsumo, se:

$$Q_L \times P_L \leq C_S \times P_S(C)$$

Mesmo que:

$$Q_L \times P_L \geq C_S \times OS$$

Sendo P_S o preço unitário ao produtor da lavoura de subsistência. Neste caso, a renda monetária com a lavoura comercial não permite satisfazer o consumo socialmente necessário; entretanto, empregando a mesma quantidade de trabalho na lavoura de subsistência, esta demanda seria atendida. Assim, antes de resistência (tradicionalista) ou atraso, a opção pela lavoura de subsistência significa uma escolha racional para garantir a alimentação da família. É para demonstrar a existência desta racionalidade guiando a escolha dos cultivos que Garcia Júnior (1989) utiliza como base o preço ao consumidor. Como lembra Garcia Júnior (1989, p. 126): “(...) o preço de referência real, para o confronto entre os dois tipos de lavoura, é o preço ao produtor para a lavoura comercial e o preço médio ao consumidor para as lavouras de subsistência”. É somente com base no preço ao consumidor que as unidades familiares conseguem calcular se a produção comercial é compensadora, por este motivo, portanto, o autor sustenta o preço ao consumidor como referência.

Embora essa metodologia seja a mais frequente entre as pesquisas sobre autoconsumo, questiona-se se os preços aos consumidores são os mais adequados, tendo em vista que estes podem estar superestimando esta produção.

6. A alternatividade é a característica que certos produtos apresentam de possibilitar tanto o consumo quanto a transformação destes em valores de troca, como, por exemplo, o milho e os produtos da horta e do pomar. A soja é um exemplo de produto que não tem a característica da alternatividade, tendo em vista que toda a produção é destinada à venda, não contemplando igualmente a alimentação da família (Garcia Júnior, 1983; 1989; Heredia, 1979).

3.2 O cálculo do autoconsumo segundo a metodologia dos sistemas agrários

Para Garcia Filho (1999), autor do *Guia metodológico: diagnósticos de sistemas agrários*, a produção para o autoconsumo abarca toda a produção produzida e consumida ou utilizada pela família: alimentos, instrumentos domésticos, artesanato, lenha, materiais para construção ou para fabricação de objetos de uso da família, plantas medicinais etc. Conforme o autor, o valor desta produção é equivalente ao valor que ela apresenta no mercado, ou seja, o valor pago pelas unidades familiares para adquirirem estes alimentos nos mercados. Caso a produção para o autoconsumo não seja suficiente para contemplar todas as necessidades alimentares da família, esta deve recorrer aos mercados. “É, portanto, pelo preço de compra desses bens que se deve valorizar o autoconsumo (Garcia Filho, 1999, p. 52).

Quanto ao levantamento da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos familiares, o autor indica proceder à identificação da produção total obtida, inclusive os subprodutos, e o destino desta: comercialização, autoconsumo, consumo improdutivo, semente para a próxima safra entre outras. A parte vendida e a parte autoconsumida da produção total constituem, respectivamente, o produto bruto de venda total e o produto bruto de autoconsumo total. O somatório destes resulta no produto bruto total. Neste valor não serão descontados os custos de produção e a depreciação, sendo realizados apenas para calcular a renda agrícola líquida.

Utilizando-se do *Guia metodológico*, Santos e Ferrante (2003) investigaram a produção para o consumo familiar em assentamentos rurais no estado de São Paulo. Neste estudo, famílias amostradas intencionalmente, abarcando diferentes categorias, camadas e classes sociais, realizaram um levantamento da quantidade consumida de alimentos produzidos no próprio lote durante uma semana em cada mês, pelo período de doze meses consecutivos. Estes dados foram recolhidos ao fim de cada semana pelo técnico de campo, que realizava uma análise dos dados identificando falhas ou erros de medidas, submetendo-os a correções. A quantidade autoconsumida foi multiplicada pelo preço médio dos alimentos nos estabelecimentos comerciais da cidade onde os assentados realizavam suas compras. O grau de detalhamento, a periodicidade da coleta e o acompanhamento dos dados tornam o resultado deste método muito próximo da realidade.

A questão que emerge da metodologia dos sistemas agrários para calcular o valor do autoconsumo remete-se à amplitude do conceito atribuído a esta produção – o que deve ser considerado como produção para o autoconsumo? – e, do mesmo modo que em Garcia Júnior (1989), ao valor atribuído a esta produção.

3.3 O cálculo do autoconsumo de acordo com Leite (2004)

Para Leite (2004), o autoconsumo corresponde à fração da produção agropecuária – agrícola, pecuária, extrativista e beneficiada – produzida em um estabelecimento e destinada ao consumo da família, dos responsáveis, à alimentação animal e a outros usos da atividade produtiva. Aqui, o conceito de autoconsumo é mais amplo que aquele utilizado por Garcia Filho (1999). Para realizar o levantamento da produção para o autoconsumo nas unidades familiares, utilizando-se dos dados do Censo Agropecuário, Leite (2004) sugere deduzir da produção total a parte comercializada, as doações, a produção armazenada e a produção perdida. A resultante desta operação refere-se à produção autoconsumida.

Esse procedimento também pode ser utilizado em estudos de caso, como relata o autor em pesquisa realizada em quatro assentamentos do Rio de Janeiro (Leite, 2004).

Durante um ano, a equipe de pesquisadores realizou levantamentos mensais sobre os orçamentos domésticos e as produções agrícola, pecuária, extrativista e agroindustrializada obtidas e seus destinos, sendo a estes produtos atribuídos os preços de venda. Do valor bruto de produção foram diminuídas as doações, a produção armazenada e a produção vendida, resultando na produção para o autoconsumo.

O levantamento periódico explicitado nessa metodologia possibilita a obtenção de informações mais seguras e igualmente mais próximas da real importância econômica do autoconsumo entre os estabelecimentos rurais familiares. Todavia, ela demanda a descrição de todos os sistemas produtivos do estabelecimento, seus destinos e sua valoração. Ademais, em sentido inverso às questões levantadas acima, cabe indagar se ao utilizar os preços de venda não se estaria subestimando a produção para autoconsumo.

3.4 O cálculo do autoconsumo segundo atribuição de valor aos nutrientes

Utilizada por Norder (1998), esta metodologia atribui valor monetário ao autoconsumo a partir de informações da porcentagem de nutrientes autoconsumidos e comprados. No levantamento realizado pelo autor, foram evidenciados nove nutrientes que são produzidos e consumidos pela própria família, em proporções oscilantes entre eles. Entre estes, seguindo o exemplo de outros autores e considerando que a deficiência no aporte de calorias indica deficiência de ingestão de alimentos e carência de outros nutrientes e micronutrientes, o autor optou pela comparação do percentual de autoconsumo de calorias. Dispondo da porcentagem de calorias autoconsumidas e do valor em reais utilizado para obter no mercado a porcentagem de nutrientes comprados – complementar a 100% –, chegou-se a um valor monetário atribuído ao autoconsumo. Por exemplo, se uma família autoconsumiu uma porcentagem de 49,11% e comprou 50,89%, correspondente a 0,37 salário mínimo *per capita*, o valor monetário do autoconsumo será de 0,36 salário mínimo *per capita*. Segundo esta metodologia, o valor do autoconsumo irá oscilar de acordo com o gasto da alimentação comprada e da porcentagem de consumo calórico que estes alimentos representam (Norder, 1998). O valor do autoconsumo resulta de uma estimativa com base no valor das calorias compradas, por conseguinte, é necessário o conhecimento destas também. A questão que insurge desta metodologia diz respeito à consideração apenas da porcentagem de calorias e se o valor do autoconsumo, ao ser calculado com base no custo das calorias compradas, corresponde ao seu valor real.

3.5 O cálculo do autoconsumo por meio da estimativa das unidades familiares

Este procedimento foi utilizado no projeto de pesquisa Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras, cujos resultados estão compilados em Maluf (2003). Para os autores deste projeto, o autoconsumo compreende a produção destinada à alimentação da família e dos animais e a produção de lenha. Para mensurar monetariamente o autoconsumo, adotou-se como critério a estimativa, pelos agricultores, do valor que despenderiam para adquirir estes produtos no mercado, estimativa esta complementada pela discriminação dos principais bens produzidos. Este procedimento possui a vantagem da praticidade e da economia de tempo, porém, como lembram os próprios autores, as unidades familiares geralmente não têm o hábito de contabilizar sua produção, muito menos quando se trata da produção para o autoconsumo, o que dificulta uma aproximação maior com a realidade. Isto se deve ao fato de que, conforme mencionou Chayanov (1981), as unidades camponesas não seguem uma racionalidade contábil, a partir dos conceitos e princípios

utilizados para medir a eficiência de uma empresa capitalista, organizando seu trabalho e produção não com a finalidade de obter lucro, mas, sobretudo, de atender o bem-estar de sua família e vislumbrar a sua reprodução social. Deste modo, segundo os autores do projeto referido, as unidades familiares comumente subestimam os valores da produção para o autoconsumo por meio desta metodologia.

3.6 O cálculo do autoconsumo segundo a Pesquisa AFDLP

O projeto de pesquisa Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul (UFRGS/UFPel/CNPq, 2003), coordenado pelos professores Sergio Schneider e Flávio Sacco dos Anjos, considerou como produção para o autoconsumo a parte da produção animal, vegetal e transformação caseira produzida pela família e consumida por esta. A esta produção foi atribuído o preço de venda, ou seja, os preços ao produtor.⁷ Ainda que admitindo que este procedimento poderia subestimar a importância da produção para autoconsumo, os autores deste projeto utilizaram este critério em razão da grande variação de preços ao consumidor entre mercados, disparidade que se potencializa entre municípios distintos e distantes geograficamente, como era o caso da referida pesquisa (Anjos *et al.*, 2004).

O levantamento do autoconsumo foi realizado por meio de questionários semiestruturados, os quais detalharam a quantidade produzida, vendida e consumida da produção vegetal e animal em um determinado ano agrícola. Posteriormente, multiplicou-se a quantidade de produtos de origem animal e vegetal consumida pela família pelos preços de venda dos respectivos produtos.

É importante ressaltar que os valores dos produtos da horta e do pomar foram calculados a partir da estimação, realizada pelos entrevistados, do valor dos produtos autoconsumidos por semana ou por mês, sem o detalhamento das quantidades autoconsumidas. A escolha desta opção metodológica foi motivada pela grande variabilidade destes alimentos entre as unidades familiares, pelas dificuldades de nomear e contabilizar as quantidades consumidas em um ano agrícola – quantos pés de alface, quantas laranjas, tempero verde etc. –, pelo grau de detalhamento que seria exigido do questionário e pelo próprio trabalho e tempo de coleta das informações.

Desse conjunto de dados, obteve-se o produto bruto de autoconsumo total.⁸ Segundo Gazolla (2004), há dificuldades para se calcular os valores monetários líquidos da produção para o autoconsumo devido ao fato de não ser possível isolar, de forma exata, as despesas que incorrem sobre esta produção daquelas relativas à produção para venda. Isto exigiria um grande detalhamento das informações, o qual seria acentuado se considerado o produto da transformação caseira, a produção destinada ao consumo dos animais e outros usos do estabelecimento. Sendo assim, a pesquisa preferiu calcular o autoconsumo na forma de produto bruto – valor bruto –, e não como produção líquida.

A principal interrogação que permeia essa metodologia concerne à utilização dos preços de venda para calcular o valor da produção para o autoconsumo. Do mesmo modo que na metodologia utilizada por Leite (2004), cabe indagar se este procedimento não acarreta uma subestimação econômica desta estratégia.

7. Do mesmo modo procedeu Barbosa (2003), porém, para esta autora, autoconsumo corresponde à produção destinada à alimentação da família e à construção de domicílios por ela mesma.

8. Os valores da transformação caseira não foram computados no produto bruto de autoconsumo total em razão de limitações do questionário em separar a matéria-prima consumida diretamente pela família daquela destinada à produção de derivados.

3.7 A mensuração do autoconsumo no Censo Agropecuário 2006

A mensuração da produção para o autoconsumo a partir do Censo Agropecuário 2006 partiu da definição de autoconsumo como toda a produção realizada pela família e destinada ao seu consumo. Com base nesta definição, esta pesquisa procurou mensurar esta produção a partir das informações que o IBGE dispunha no Censo Agropecuário para o ano de 2006.

Quando o recenseador visita os estabelecimentos rurais, ele solicita ao entrevistado o principal destino da produção não vendida, a qual pode ter sido direcionada ao consumo da família, ao consumo dos animais, ao estoque, à transformação ou ao beneficiamento, estar sob a forma de semente para o plantio, ou estar sem consumo ou em estocagem no estabelecimento. O IBGE consegue delimitar os estabelecimentos rurais que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família. O censo agropecuário não valora os produtos de cada destino da produção não vendida, contudo dimensiona o valor da produção total e da produção vendida.

Partindo dessas informações e dentro das possibilidades metodológicas, a produção para o autoconsumo realizada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros, em 2006, levantada pelo Censo Agropecuário 2006, foi calculada a partir da seguinte equação: para todos os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família, foi considerada produção para o autoconsumo o valor resultante da diminuição entre o valor da produção total e o valor da produção vendida. Este procedimento foi utilizado para todos os produtos oriundos da horticultura, silvicultura, floricultura, extração vegetal, lavoura permanente, lavoura temporária e agroindústria. No caso dos produtos de origem animal, a valoração do autoconsumo ocorreu a partir do valor do conjunto dos animais abatidos no estabelecimento – bovinos, suínos, caprinos etc. valorados pelo entrevistado – e também do resultado da equação “produção total - produção vendida”, para produtos como mel, ovos, peixes e cera de abelha. É importante destacar que, visando não superestimar a produção para o autoconsumo, os derivados de carne não foram considerados na agroindústria, pois estes já estão contemplados ao se considerar os animais abatidos no estabelecimento no consumo de produtos de origem animal (apêndice A).

Por um lado, essa metodologia corre o risco de superestimar a produção para o autoconsumo, tendo em vista que os estabelecimentos que tiveram como principal destino da produção não vendida o consumo da família também podem ter estocado seus produtos ou destinado ao consumo dos animais, uma vez que, de acordo com a fórmula utilizada, toda esta produção é considerada autoconsumo. Por outro lado, ela também acaba por subestimar a produção para o autoconsumo, pois nos estabelecimentos cujo principal destino da produção não vendida foi o estoque ou o consumo dos animais, por exemplo, a produção consumida pela família não foi considerada no cálculo da produção para o autoconsumo.

Malgrado essas limitações, a equação construída com a ajuda dos técnicos do IBGE responsáveis por analisar os dados do Censo Agropecuário 2006 possibilita uma estimativa nacional da produção para o autoconsumo dos estabelecimentos agropecuários, constituindo-se um exercício inovador no âmbito dos estudos rurais. Ademais, esta iniciativa sinaliza para o reconhecimento da produção para o autoconsumo nas estatísticas oficiais e contribui para maior visibilidade destas atividades enquanto uma estratégia de reprodução social, considerada muito importante para a segurança alimentar das famílias rurais, e desempenha outros papéis igualmente relevantes, como discutido na seção anterior.

Certamente não escapou ao leitor atento deste relatório que há várias possibilidades de definir a produção para autoconsumo, cada uma delas com implicações metodológicas que se traduzem em termos do tamanho e do perfil desta produção no universo dos estabelecimentos

agropecuários. Algumas questões permearão qualquer pesquisa que se desafie a mensurar a produção para o autoconsumo, tais como: o que considerar como produção para autoconsumo? Qual o melhor método de coleta dos dados – estimação em valor, descrição em quantidades do consumo anual, levantamento periódico, equação “produção total - produção vendida”? Que valor atribuir ao autoconsumo – preço ao consumidor ou ao produtor?

Neste trabalho, o argumento é que não existe uma metodologia única ou que possa ser considerada a mais adequada para se estudar a questão da produção para o autoconsumo. O que elas devem ser capazes de responder é em que medida a produção para autoconsumo se apresenta como importante na composição do repertório de estratégias que envolvem também a disponibilidade e organização dos meios de vida existentes em determinados contextos e suas variações ao longo do tempo.

As metodologias apresentadas oferecem vantagens e desvantagens, potencialidades e limitações. Provavelmente os objetivos, a amplitude, o tempo e os recursos de que cada pesquisa dispõe indicarão qual a metodologia mais adequada para cada caso. Isto dito, não exige os pesquisadores e estudiosos do meio rural dos desafios de aperfeiçoá-las, aproximando-as cada vez mais da realidade. Uma padronização, quiçá, fosse interessante para propiciar a comparação entre estados, municípios, comunidades etc. Até o momento, cada pesquisador, segundo critérios próprios, recorta o que considera como produção para o autoconsumo e, do mesmo modo, procede com o método de coleta de dados e com o valor atribuído a esta produção.

Sabendo que uma padronização de metodologias não é uma tarefa fácil, unânime e rápida, espera-se que ao menos esta seção contribua para a elaboração de novas pesquisas e estimule os pesquisadores a apresentar e discutir seus instrumentos heurísticos e suas definições conceituais. Na verdade, trata-se de um exercício pouco realizado no Brasil, que, além de fornecer subsídios metodológicos, pode contribuir para o próprio reconhecimento da produção para o autoconsumo.

4 UMA LEITURA DA PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006

Esta seção visa discutir a produção para o autoconsumo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006. Embora os limites metodológicos apontados no cálculo do autoconsumo, este trabalho constitui um primeiro esforço de mensuração e de leitura da produção para o autoconsumo para o universo dos estabelecimentos agropecuários de todo o Brasil. O objetivo desta seção é contribuir para demonstrar a importância econômica e social do autoconsumo, pontuar alguns elementos que interferem na sua conformação, instigar a elaboração de outros estudos quantitativos e qualitativos e fornecer subsídios para aperfeiçoar a metodologia utilizada pelo IBGE. A partir deste ponto, então, será realizada a análise dos dados segundo proposta metodológica específica.

O Censo Agropecuário 2006 indicou a existência de 5.175.636 estabelecimentos agropecuários no Brasil, entre os quais em 72,72% (3,7 milhões) há produção para autoconsumo, conforme indicado na tabela 1. Complementarmente, os dados demonstram que em praticamente 18% dos estabelecimentos rurais brasileiros a produção para autoconsumo responde por mais de 90% da produção total (tabela 2). Se considerada a participação da produção para autoconsumo em 70% da produção total, são quase 28% dos estabelecimentos nesta condição. Estes dados sinalizam para a importância do autoconsumo, mas não significam que estes estabelecimentos dependam em grande medida desta atividade. É preciso considerar que as estratégias de reprodução social dos estabelecimentos rurais extrapolam o âmbito da produção

agrícola, pois o número de estabelecimentos que realizam atividades não agrícolas é cada vez maior, assim como as fontes de renda são cada vez mais diversificadas, podendo-se citar, por exemplo, as receitas oriundas da Previdência Social, das transferências governamentais e das próprias atividades não agrícolas (Kageyma, Bergamasco e Oliveira, 2010; Schneider, 2003; Delgado e Cardoso, 2001).

TABELA 1
Presença de autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros¹

	Estabelecimentos rurais		Total – Brasil
	Com autoconsumo	Sem autoconsumo	
Número	3.763.555	1.412.081	5.175.636
Proporção (%)	72,72	27,28	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto de Pesquisa de Equipe para Análise dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006 do Ipea em cooperação com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) 2010-2011 da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)⁹ analisados por Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), o número de domicílios que produziram para o autoconsumo apresentou um crescimento de 272 mil unidades entre 2001 e 2006, sendo este último ano o de realização do censo agropecuário. Somando-se rurais e urbanas, são cerca de 6,1 milhões de famílias brasileiras que produzem para o autoconsumo. Do universo total identificado por Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), 473 mil famílias vivem exclusivamente desta atividade, sendo que o número de famílias nesta condição aumentou 46,43% (150 mil) entre 2001 e 2006. Estes dados de Anjos, Del Grossi e Caldas (2010), somados às informações das tabelas 1 e 2, demonstram a abrangência e importância desta estratégia reprodutiva. Se ela fosse irrelevante, como se poderia explicar esta adoção massiva? Seria teimosia de um campesinato fadado a desaparecer ou a migrar para as cidades? Seria uma característica apenas de estabelecimentos rurais empobrecidos que vivem fundamentalmente desta estratégia? Estas questões serão retomadas e analisadas em seguida.

TABELA 2
Número, proporção de estabelecimentos e valores médios de autoconsumo por estabelecimento, de acordo com a proporção da produção para autoconsumo na produção total

Proporção do autoconsumo (%)	Número de estabelecimentos	Proporção dos estabelecimentos totais (%)	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
PERC > 90	924.759	17,87	5.379,46
80 < PERC ≤ 90	158.905	3,07	5.670,51
70 < PERC ≤ 80	173.585	3,35	4.148,36
60 < PERC ≤ 70	182.231	3,52	4.086,90
50 < PERC ≤ 60	197.562	3,82	4.156,36
40 < PERC ≤ 50	232.394	4,49	4.118,12
30 < PERC ≤ 40	255.112	4,93	3.246,61
20 < PERC ≤ 30	305.414	5,90	2.779,84
10 < PERC ≤ 20	439.751	8,50	2.177,02
0 < PERC ≤ 10	890.939	17,21	1.131,47
0 = PERC	1.414.984	27,34	-

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

Conforme os dados da tabela 3, os produtos provenientes da lavoura temporária – em que se incluem, por exemplo, feijão, arroz, batata, mandioca etc. – e os de origem animal são

9. Diferentemente do Censo Agropecuário, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) utiliza o domicílio como unidade de análise, e não o estabelecimento agropecuário.

os mais importantes, em termos de valor monetário, na produção total para autoconsumo e em número de estabelecimentos que recorrem a estes produtos. Isto não significa que os demais produtos não sejam importantes. É preciso considerar, como já aludido na seção referente às metodologias para calcular o autoconsumo, que as famílias rurais têm dificuldades de quantificar e valorar as produções da horta e do pomar, principalmente porque esta produção em geral não é destinada à venda. Ademais, vale lembrar que o censo agropecuário solicita ao entrevistado para estimar em valor monetário o consumo anual dos produtos derivados destes espaços, o que, provavelmente, contribui para a subestimação destes valores – dificilmente a família saberá mencionar com exatidão quantos pés de alface, ou tomates, ou laranjas etc. consumiram ao longo de um ano. Observa-se, igualmente, na tabela 3, que em 2006 a produção para autoconsumo no Brasil responde por um valor monetário total de cerca de R\$ 12,7 bilhões.

TABELA 3

Valores e tipos de autoconsumo nos estabelecimentos rurais brasileiros

Tipo de autoconsumo	Número de estabelecimentos com produção para o autoconsumo	Valor total (R\$)	Proporção (%)
Lavoura temporária	2.171.230	5.749.753.222	45,04
Origem animal	2.789.754	4.035.971.937	31,61
Silvicultura	179.319	993.398.788	7,78
Lavoura permanente	203.985	679.210.114	5,32
Agroindústria	456.922	669.274.876	5,24
Extração vegetal	258.440	419.227.804	3,28
Horticultura	964.608	207.818.117	1,63
Floricultura	3.123	11.494.649	0,09
Total	3.763.555	12.766.149.627	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

A tabela 4 apresenta o número de estabelecimentos que produzem para o autoconsumo e o valor médio por estabelecimento desta produção segundo o sexo da pessoa que o dirige, bem como o valor médio da produção para o autoconsumo em todos os estabelecimentos rurais do Brasil. Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que 87,37% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo são dirigidos por pessoas do sexo masculino, e o valor médio do autoconsumo nestas unidades situa-se em R\$ 3.609,28 anuais, enquanto nos estabelecimentos dirigidos por mulheres (12,63%) o valor corresponde a R\$ 1.888,68 no ano de referência.

Uma análise superficial desses dados poderia conduzir a interpretações equivocadas. É preciso salientar que embora existam diferenças nos valores do autoconsumo segundo o sexo da pessoa que dirige o estabelecimento e haja uma predominância de estabelecimentos conduzidos por homens, a atividade de produzir para o autoconsumo geralmente é de responsabilidade das mulheres (Duval e Ferrante, 2011; Menasche, Marques e Zanetti, 2008; Zanetti e Menasche, 2007; Brumer, 2004; Heredia, Garcia e Garcia, 1984). Conforme Zanetti e Menasche (2007, p. 136), “inúmeros estudos evidenciam que, na agricultura camponesa, a produção de alimentos destinada ao consumo das famílias – relacionada à casa, em oposição à produção dirigida ao mercado – é predominantemente realizada pelas mulheres agricultoras”. Ao relacionar a produção para o autoconsumo com o sexo da pessoa que dirige o estabelecimento pode-se encobrir a participação das mulheres nas atividades agrícolas e na produção para o autoconsumo, ou até mesmo levar a crer que estabelecimentos dirigidos por homens produzem valores maiores de autoconsumo.

Independente do sexo da pessoa que dirige o estabelecimento, observa-se ainda que o valor médio anual desta produção, entre os estabelecimentos rurais brasileiros, situa-se em

R\$ 3.392,04, um valor não monetário muito significativo que, provavelmente, contribui de forma decisiva para a segurança alimentar e a reprodução social das famílias rurais (tabela 4).

TABELA 4

Número e proporção de estabelecimentos que produzem para autoconsumo e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo sexo da pessoa que dirige o estabelecimento

Variável	Sexo da pessoa que dirige o estabelecimento		
	Masculino	Feminino	Total
Número de estabelecimentos que produzem para autoconsumo	3.288.387	475.168	3.763.555
Proporção dos estabelecimentos que produzem para autoconsumo (%)	87,37	12,63	100,0
Valor médio do autoconsumo por estabelecimento (R\$)	3.609,28	1.888,68	3.392,04

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

A tabela 5 apresenta o valor médio da produção para o autoconsumo segundo estratos de área para o Brasil. Observa-se que o valor médio desta produção tende a elevar-se nos estratos de área total maiores. Produtores sem área¹⁰ produzem um valor médio anual de autoconsumo por estabelecimento de R\$ 1.278,24; estabelecimentos com área menor que 5 ha apresentam autoconsumo médio anual de R\$ 1.559,92; enquanto estabelecimentos com área situada entre 100 ha e 200 ha apresentam autoconsumo de R\$ 6.270,84. Ainda de acordo com a tabela 5, 36% dos estabelecimentos brasileiros que produzem para autoconsumo dispõem de no máximo 5 ha; quase 50% dispõem de até 10 ha; e cerca de 80% dispõem de até 50 ha. Mesmo que a produção para autoconsumo possa ser realizada em pequenos espaços, estima-se que a área disponível pode ser um fator limitante ao desenvolvimento da atividade, seja pelo tamanho, seja porque geralmente estas áreas encontram-se degradadas ou com baixa fertilidade, devido ao seu uso intensivo (Gadelha e Maluf, 2008). Ademais, dispondo de áreas menores, as unidades familiares podem optar por produzir cultivos comerciais – mais rentáveis monetariamente –, intensificando os fatores de produção terra e trabalho (Grisa, 2007). Os dados da tabela 5 abrem oportunidades para avançar em estudos qualitativos, em termos de reconhecer em quais circunstâncias ocorre esta produção para autoconsumo.

TABELA 5

Valor médio da produção para o autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros que produziram para autoconsumo, segundo estratos de área

Estratos de área (ha)	Número de estabelecimentos	Proporção dos estabelecimentos totais com autoconsumo (%)	Valor total de autoconsumo total (R\$)	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
> 0 < 5	1.365.980	36,29	2.130.814.427,00	1.559,92
5 < 10	448.88	11,92	1.170.313.350,24	2.608,88
10 < 20	538.334	14,30	1.664.413.073,89	3.091,79
20 < 50	614.807	16,34	2.495.935.615,08	4.059,71
50 < 100	275.580	7,32	1.430.848.314,16	5.192,13
100 < 200	151.360	4,02	949.153.597,36	6.270,84
200 < 500	100.864	2,68	896.738.663,67	8.890,57
> 500	66.269	1,76	1.770.018.653,00	26.709,60
Produtor sem área	201.773	5,36	257.913.933,12	1.278,24
Total	3.763.555	100,0	12.766.149.627,52	3.392,05

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

10. De acordo com o Censo Agropecuário 2006: manual do recenseador (IBGE, 2007, p. 25), são considerados produtores sem área "as unidades de produção não situadas em determinada terra, como produtores de mel, produtores em leitões de rio na época da vazante, produtores em faixa de proteção ou acostamento de estradas, produtores de carvão vegetal que possuem os fornos e trabalham adquirindo lenha de terceiros, produtores em área de águas públicas para exploração da aquicultura e atividades de extração, coleta ou apanha de produtos que são extraídos de matas naturais".

A tabela 6 apresenta a relação entre produção para autoconsumo e produção total dos estabelecimentos. Conforme os dados, à medida que aumentam os estratos da produção total, os valores médios da produção para autoconsumo por estabelecimento também se elevam. Enquanto os estabelecimentos com produção total situada entre R\$ 0,00 e R\$ 2,5 mil produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 491,02, os estabelecimentos com produção total entre R\$ 2,5 mil e R\$ 10 mil produzem um valor de autoconsumo de R\$ 1.621,31, e assim sucessivamente.

TABELA 6
Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo estratos de valor da produção total

Estratos de valor da produção total (R\$ 1 mil)	Número de estabelecimentos	Valor total de autoconsumo (R\$)	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
> 0 < 2,5	1.970.157	967.380.869,04	491,02
2,5 < 10	872.739	1.414.980.474,39	1.621,31
10 < 25	446.830	1.499.447.428,77	3.355,74
25 < 50	225.295	1.406.085.447,26	6.241,09
50 < 100	121.618	1.431.800.238,73	11.772,93
100 < 500	103.234	2.617.159.580,77	25.351,72
500 >	20.779	3.424.605.169,50	164.810,87
Sem valor de produção	2.903	4.690.419,00	1.615,71

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

Esses resultados se somam às indicações realizadas na tabela 5, relativas à área, e vão ao encontro de estudos que evidenciam valores superiores dessa produção nas unidades mais capitalizadas, confirmando que o autoconsumo não se restringe a propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo praticada e recorrente também entre agricultores com maior valor total da produção (Grisa, 2007; Norder, 2004; Santos e Ferrante, 2003; Guevara, 2002; Garcia Júnior, 1994). Como sinalizam estes estudos, o valor da produção para o autoconsumo geralmente é mais elevado em estabelecimentos mais capitalizados em razão de estes apresentarem melhores condições para a produção agrícola e pecuária – máquinas e equipamentos, força de trabalho, recursos financeiros etc. –, uma vez que a produção para autoconsumo não interfere ou concorre com os cultivos comerciais. Como aludiu Guevara (2002, p. 79), “autoconsumo e integração ao mercado não competem entre si por recursos produtivos, mas se complementam.”

Os dados da tabela 7 complementam a discussão da relação entre o autoconsumo e o grau de capitalização dos estabelecimentos ao apresentar o valor médio da produção para o autoconsumo segundo grupos do PRONAF.¹¹ Observa-se na tabela 7 que o valor médio da produção para autoconsumo eleva-se à medida que avança em direção ao grupo E do PRONAF, o qual concentra os agricultores familiares mais capitalizados. Enquanto o grupo B apresenta valor médio de autoconsumo de R\$ 591, o grupo E apresenta valor correspondente a R\$ 14.403,30. Uma exceção a esta observação é notada no grupo A, que atende especificamente os assentados da reforma agrária. Este grupo apresentou valor médio anual de autoconsumo superior ao do grupo C, atingindo o valor de R\$ 2.764,27. Seria oportuno, se os dados permitissem, verificar há quanto tempo estes estabelecimentos do grupo A foram

11. Até 2008, os beneficiários do PRONAF eram classificados em cinco grupos, dependendo do grau de capitalização de que dispunham: grupos A, B, C, D e E. O grupo A atende especificadamente os assentados da reforma agrária e os demais atendem o conjunto da agricultura familiar separados por grau de capitalização, estando reunidos no grupo E os agricultores mais capitalizados. A partir de 2008, os grupos C, D e E foram extintos e reagrupados no grupo denominado *agricultores familiares*, ou *grupo variável*. A este grupo foram disponibilizadas diferentes faixas de financiamentos e taxas de juros.

assentados, pois é de se esperar que em um estabelecimento recém-criado como unidade de produção são escassas as chances de haver lavouras permanentes ou mesmo outros cultivos de maior vulto.

TABELA 7
Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo classificação do PRONAF

Classificação do PRONAF	Número de estabelecimentos	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
PRONAF A	393.369	2.764,27
PRONAF B	1.732.059	591,00
PRONAF C	618.930	2.496,56
PRONAF D	221.711	6.349,83
PRONAF E	46.541	14.403,30

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

Além disso, os dados do Censo Agropecuário 2006 permitem demonstrar que a produção para o autoconsumo não se restringe aos estabelecimentos familiares, sendo uma prática difundida também entre os estabelecimentos não familiares.¹² Os dados da tabela 8 demonstram que 85,74% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo são de unidades familiares de produção, as quais produzem um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 2.628,94. Mas 14,26% dos estabelecimentos que produzem para autoconsumo são de estabelecimentos não familiares, produzindo um valor médio anual de autoconsumo de R\$ 7.981,55.

TABELA 8
Número de estabelecimentos e valor médio da produção para autoconsumo nos estabelecimentos brasileiros, segundo classificação da Lei da Agricultura Familiar

Classificação da Lei da Agricultura Familiar	Número de estabelecimentos	Proporção de estabelecimentos (%)	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
Estabelecimento não familiar	536.560	14,26	7.981,55
Estabelecimento familiar	3.226.995	85,74	2.628,94

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

Se os dados das tabelas anteriores sinalizam que a produção para autoconsumo apresenta valores médios anuais mais elevados nos estabelecimentos “mais estruturados” – com maior área e maior valor da produção total –, é importante ressaltar, como demonstram os dados da tabela 9, que é nos estabelecimentos menores que esta atividade assume um impacto mais relevante sobre o valor da produção total e se torna, portanto, uma relevante estratégia de reprodução social. A produção para autoconsumo responde por 24,81% do valor da produção total nos estabelecimentos de produtores sem área e por 18,63% nos estabelecimentos com área menor que 5 ha. Esta proporção vai sendo reduzida à medida que aumentam os estratos de área, a exemplo do estrato de 200 ha a 500 ha, em que a importância do autoconsumo reduz-se para 4,75%. Anjos *et al.* (2004) observaram algo similar em relação à renda total dos estabelecimentos familiares no Rio Grande do Sul, onde a importância do autoconsumo foi sendo diluída à medida que se elevava a renda total.

12. De acordo com a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), são estabelecimentos *familiares* aqueles cuja administração é realizada pela própria família, a área não excede quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente a mão de obra da família e a renda familiar é originada majoritariamente das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento. Os estabelecimentos *não familiares* são aqueles que não se enquadram na lei, seja pelo limite de área, seja pelo limite de renda, e também estão incluídas as terras públicas.

TABELA 9

Importância do autoconsumo no valor da produção total (VPT) nos estabelecimentos em que este foi identificado segundo estratos de área

Estratos de área (ha)	Número de estabelecimentos	Proporção de estabelecimentos (%)	Valor da produção total (R\$)	Valor do autoconsumo (R\$)	Proporção entre valor do autoconsumo e valor da produção total (%)
< 0 < 5	1.365.980	36,29	11.434.902.834,61	2.130.814.427,00	18,63
5 < 10	448.588	11,92	9.309.299.497,16	1.170.313.350,24	12,57
10 < 20	538.334	14,30	14.161.420.025,87	1.664.413.073,89	11,75
20 < 50	614.807	16,34	22.137.155.680,18	2.495.935.615,08	11,27
50 < 100	275.580	7,32	14.033.284.671,76	1.430.848.314,16	10,20
100 < 200	151.360	4,02	13.399.937.130,61	949.153.597,36	7,08
200 > 500	100.864	2,68	18.886.547.289,72	896.738.663,67	4,75
> 500	66.269	1,76	59.584.359.814,02	1.770.018.653,00	2,97
Produtor sem área	201.773	5,36	1.039.387.485,42	257.913.933,12	24,81
Total	3.763.555	100,00	163.986.294.429,35	12.766.149.627,52	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE-MDA.

A tabela 9 indica ainda que, em termos gerais, o autoconsumo responde por 7,78% da produção total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros que realizaram essa prática. Isto significa que quase 8% de tudo o que é produzido nestes estabelecimentos permanece no interior destes para o consumo da própria família ou da unidade de produção. Ainda que os dados não permitam identificar quanto o autoconsumo representa na alimentação total da família, este número sinaliza e corrobora as discussões realizadas na seção 2, referente aos papéis do autoconsumo na internalização de recursos, segurança alimentar, economização e promoção da autonomia da agricultura familiar (Ploeg, 2008; 2006).

As tabelas 9 e 10 abordam a importância da produção para autoconsumo entre os estados brasileiros e o Distrito Federal. Na tabela 10, observa-se a porcentagem dos estabelecimentos totais de cada estado que apresentaram produção para o autoconsumo ao longo de 2006. Em termos gerais, como já aludido, a grande maioria dos estabelecimentos rurais apresenta produção para autoconsumo, a exemplo dos estados do Piauí e Ceará, onde esta prática se faz presente, respectivamente, em 89,72% e 90,15% dos estabelecimentos rurais totais – as porcentagens mais elevadas do país. Chama a atenção os valores dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, dada a discrepância em relação aos demais. Ambos apresentam as menores proporções do país: o autoconsumo está presente em 34,92% e 39,54% dos estabelecimentos rurais totais respectivamente. As razões para estas diferenças demandam estudos específicos, extrapolando a proposta e as informações disponíveis neste trabalho.

Na tabela 10 também é evidenciado o valor médio da produção para autoconsumo por estabelecimento em cada estado e no Distrito Federal. Em termos gerais, os menores valores encontram-se no Nordeste brasileiro. Sergipe e Pernambuco, por exemplo, apresentam valores anuais na ordem de R\$ 1.453,37 e R\$ 1.449,32 respectivamente. Os maiores valores médios encontram-se nos estados de São Paulo e Santa Catarina, R\$ 9.680,03 e R\$ 7.016,19 sucessivamente – note-se que, em São Paulo, há menos estabelecimentos proporcionalmente produzindo para o autoconsumo, contudo é o estado que apresenta o maior valor médio de autoconsumo. Estes dados corroboram a discussão anterior sobre a relação entre produção para autoconsumo e condição socioeconômica dos estabelecimentos rurais. Com efeito, 53% das pessoas com domicílio rural classificadas como pobres e 70% do total de pessoas extremamente pobres no Brasil situam-se no Nordeste (Mattei e Maluf, 2011), região que apresenta os menores valores médios de produção para autoconsumo.

Para compreender melhor a importância monetária do autoconsumo nos estados e no Brasil, apenas para ilustrar, considerando os limites deste exercício, compara-se o valor médio mensal do autoconsumo com o custo da cesta básica das principais capitais brasileiras, o qual variou de R\$ 125,03 a R\$ 192,01 entre as cidades ao longo de 2006 (DIEESE, 2006).¹³ Observa-se que, em termos gerais, o autoconsumo responde pelo valor de R\$ 282,67 mensais por estabelecimento, valor superior ao custo da cesta básica. Se analisados os valores por estado, evidencia-se um valor médio mensal de R\$ 120,77 em Pernambuco – próximo ao limite inferior do valor da cesta básica – e de R\$ 806,67 em São Paulo – mais que quatro vezes superior ao valor máximo da cesta básica. Não obstante estas diferenças regionais, o significado econômico é uma das razões que explica a presença do autoconsumo entre as famílias rurais do Brasil (Lovisoló, 1989; Guevara, 2002; Santos e Ferrante, 2003; Grisa, 2007). Vale salientar que foi esta relevância que conduziu os governos chileno e argentino a desenvolverem programas de apoio à produção para autoconsumo. Partindo da evidência de que a maior parte do orçamento das famílias mais pobres é comprometido com a alimentação, os governos decidiram apoiar esta prática considerando que ao produzir seus próprios alimentos, as famílias poderiam reduzir seus custos com a alimentação e adquirir outros bens também necessários a sua reprodução social.

TABELA 10

Número de estabelecimentos que produzem para autoconsumo e valor médio do autoconsumo por estabelecimento – estados e Distrito Federal

Estado	Número de estabelecimentos com autoconsumo	Proporção de estabelecimentos com autoconsumo por número de estabelecimentos total (%)	Valor total de autoconsumo (R\$)	Valor médio de autoconsumo por estabelecimento (R\$)
Rondônia	64.661	74,26	153.195.215,68	2.369,21
Acre	25.138	85,27	126.231.954,80	5.021,56
Amazonas	46.664	69,87	137.886.453,26	2.954,88
Roraima	5.203	50,47	17.736.771,80	3.408,95
Pará	163.039	73,43	895.547.767,68	5.492,84
Amapá	1.555	44,09	7.164.024,87	4.607,09
Tocantins	43.964	77,72	180.704.676,23	4.110,29
Maranhão	234.324	81,64	953.960.719,13	4.071,12
Piauí	220.147	89,72	391.341.246,70	1.777,64
Ceará	343.494	90,15	792.781.134,16	2.307,99
Rio Grande do Norte	62.508	75,26	145.034.319,08	2.320,25
Paraíba	141.300	84,47	244.771.191,94	1.732,28
Pernambuco	231.485	75,95	335.496.575,62	1.449,32
Alagoas	86.258	69,94	167.934.207,49	1.946,88
Sergipe	54.787	54,46	79.625.516,40	1.453,37
Bahia	510.724	67,07	817.901.446,91	1.601,45
Minas Gerais	393.118	71,27	1.741.666.398,25	4.430,39
Espírito Santo	42.356	50,21	87.334.574,79	2.061,92
Rio de Janeiro	20.421	34,92	73.122.148,38	3.580,73
São Paulo	90.002	39,54	871.221.893,15	9.680,03
Paraná	248.384	66,94	888.803.058,78	3.578,34
Santa Catarina	153.443	79,23	1.076.585.735,79	7.016,19
Rio Grande do Sul	369.615	83,72	1.557.924.663,20	4.214,99
Mato Grosso do Sul	38.630	59,56	241.214.074,37	6.244,22
Mato Grosso	73.752	65,28	340.519.087,70	4.617,08
Goiás	96.138	70,85	430.290.717,16	4.475,76
Distrito Federal	2.445	61,82	10.154.054,14	4.152,99
Brasil	3.763.555	72,72	12.766.149.627,46	3.392,05

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

13. Deve-se considerar que a cesta básica diz respeito ao valor necessário para alimentar um indivíduo adulto ao longo de um mês e que, neste estudo, foram utilizados valores de autoconsumo por estabelecimento.

Complementando essa análise, a tabela 11 evidencia a importância do autoconsumo no valor da produção total (VPT) dos estados brasileiros e do Distrito Federal. Se, por um lado, é no Nordeste onde se concentram os menores valores médios absolutos de autoconsumo (tabela 10), por outro, é nesta região e no Norte onde o autoconsumo assume maior importância no conjunto das produções agrícola e pecuária.

TABELA 11
Importância do autoconsumo no VPT nos estabelecimentos em que este foi identificado – estados e Distrito Federal

Estado	Valor da produção total (R\$)	Valor total do autoconsumo (R\$)	Proporção entre valor total do autoconsumo e valor da produção total (%)
Rondônia	1.465.836.421,78	153.195.215,68	10,45
Acre	389.289.678,11	126.231.954,80	32,43
Amazonas	673.841.276,68	137.886.453,26	20,46
Roraima	121.250.170,80	17.736.771,80	14,63
Pará	5.040.446.523,05	895.547.767,68	17,77
Amapá	101.676.770,50	7.164.024,87	7,05
Tocantins	1.349.396.024,67	180.704.676,23	13,39
Maranhão	3.178.443.869,82	953.960.719,13	30,01
Piauí	1.276.264.425,98	391.341.246,70	30,66
Ceará	3.897.455.691,04	792.781.134,16	20,34
Rio Grande do Norte	1.149.210.302,26	145.034.319,08	12,62
Paraíba	1.516.753.725,61	244.771.191,94	16,14
Pernambuco	4.681.222.325,10	335.496.575,62	7,17
Alagoas	3.404.953.741,02	167.934.207,49	4,93
Sergipe	1.064.128.206,74	79.625.516,40	7,48
Bahia	9.050.218.657,78	817.901.446,91	9,04
Minas Gerais	20.793.929.673,81	1.741.666.398,25	8,38
Espírito Santo	2.534.598.349,54	87.334.574,79	3,45
Rio de Janeiro	1.363.169.870,88	73.122.148,38	5,36
São Paulo	28.187.711.745,03	871.221.893,15	3,09
Paraná	16.735.150.429,11	888.803.058,78	5,31
Santa Catarina	9.034.776.727,42	1.076.585.735,79	11,92
Rio Grande do Sul	18.156.214.661,16	1.557.924.663,20	8,58
Mato Grosso do Sul	7.205.067.537,82	241.214.074,37	3,35
Mato Grosso	12.291.802.576,62	340.519.087,70	2,77
Goiás	8.882.226.042,10	430.290.717,16	4,84
Distrito Federal	441.259.004,92	10.154.054,14	2,30
Brasil	163.986.294.429,35	12.766.149.627,46	7,78

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2007).

Elaborado pelo Projeto Ipea/UFRGS/PGDR 2010-2011.

Nota: ¹ Tabulação especial realizada pelo IBGE e pelo MDA.

Em termos gerais, a proporção do valor do autoconsumo no valor da produção total é maior nos estados das regiões Norte e Nordeste, a exemplo do Acre e Piauí, onde o autoconsumo assume a maior importância relativa, 32,43% e 30,66% respectivamente, que são os valores mais elevados do país. Visualiza-se, portanto, a relevância que a produção para o autoconsumo assume na reprodução social dos estabelecimentos rurais em situação de maior vulnerabilidade social. Esta prática assume maior relevância justamente onde ela tem mais dificuldades de ser estimulada e expendida. Por sua vez, a região Centro-Oeste concentra os valores mais baixos do país. No Distrito Federal e no Mato Grosso, o autoconsumo responde, respectivamente, por 2,30% e 2,77% do valor da produção total. Deve-se considerar que esta região apresenta os maiores valores de produção total por estabelecimento do Brasil, o que dilui a importância relativa do autoconsumo nos estabelecimentos. Contudo, conforme já aludido, estudos específicos poderão esclarecer melhor as razões destas diferenças.

O fundamental dessa informação é o fato de ela mostrar muito claramente que, nas regiões mais pobres do Brasil ou onde ainda há uma agricultura com baixo valor total da produção, a

produção para autoconsumo é relativamente mais importante. Portanto, é o autoconsumo que responde pelo valor da produção, indicando que aí ele funciona como uma proteção, ou uma segurança, diante da situação de vulnerabilidade vivida nestes estabelecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu conjunto, este trabalho buscou caracterizar a produção para o autoconsumo a partir dos dados do Censo Agropecuário 2006, apresentando sua expressividade no conjunto da produção agropecuária do Brasil. O trabalho mostra que 72,72% (3,7 milhões) dos 5.175.636 estabelecimentos agropecuários no Brasil realizam produção para autoconsumo e que em praticamente 18% dos estabelecimentos rurais brasileiros a produção para autoconsumo responde por mais de 90% da produção total.

Os dados do Censo Agropecuário 2006 demonstram que 87,37% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo são dirigidos por pessoas do sexo masculino, e o valor médio do autoconsumo nestas unidades situa-se em R\$ 5.280,53 anuais. O estudo mostrou que a produção para autoconsumo se faz presente entre as unidades familiares e não familiares, pois 85,74% dos estabelecimentos que produzem para o autoconsumo pertencem a agricultores familiares e 14,26% são estabelecimentos não familiares. A importância da produção para o autoconsumo também é verificada entre os estados da Federação. No Piauí e no Ceará, quase a totalidade dos estabelecimentos agropecuários – respectivamente 89,72% e 90,15% – produzem para o autoconsumo.

Em 2006, a produção para autoconsumo realizada nos estabelecimentos agropecuários do Brasil correspondeu a um valor monetário total de cerca de R\$ 12,7 bilhões. O valor médio anual da produção para autoconsumo entre os estabelecimentos rurais foi de R\$ 3.392,04, um valor não monetário muito significativo que contribui de forma decisiva para a segurança alimentar e a reprodução social das famílias rurais. O valor médio anual da produção para autoconsumo das unidades familiares é de apenas R\$ 2.628,94, ao passo que o dos estabelecimentos não familiares chega a R\$ 7.981,55, portanto, bastante superior. O valor médio da produção para autoconsumo se eleva à medida que aumenta a área dos estabelecimentos. Produtores sem área produzem um valor médio anual de autoconsumo por estabelecimento de R\$ 1.278,24, ao passo que estabelecimentos com área menor que 5 ha apresentam autoconsumo médio anual de R\$ 1.559,92. Estes valores aumentam consideravelmente entre os estabelecimentos com área situada entre 100 ha e 200 ha, que apresentam valor médio anual de produção para autoconsumo de R\$ 6.270,84. Estes resultados mostram que o autoconsumo não se restringe a propriedades empobrecidas ou decadentes, sendo praticado e recorrente também entre agricultores com maior valor total da produção.

Em relação ao valor da produção, os dados do Censo Agropecuário 2006 mostraram que a produção para autoconsumo responde por 7,78% da produção total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, o que significa que quase 8% de tudo o que é produzido nestes estabelecimentos permanece em seus interiores para o consumo da própria família ou da unidade de produção. Estas proporções, entretanto, também se diferenciam em relação ao tipo de estabelecimento, dado que entre os produtores sem área o valor da produção para o autoconsumo representa 24,81%, caindo para 18,63% nos estabelecimentos com área menor que 5 ha. A produção para o autoconsumo gera um valor de R\$ 282,67 mensais por estabelecimento, valor este que é superior ao custo da cesta básica. Se analisados os valores por estado, verifica-se que em Pernambuco – próximo ao limite inferior do valor da cesta básica – o valor médio mensal chega a R\$ 120,77 e em São Paulo – mais que quatro vezes superior ao valor máximo da cesta básica –, a R\$ 806,67 mensais.

Além de sinalizar para o significado e a importância da produção para autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários, este trabalho também avançou na proposição de uma metodologia para quantificar o valor desta produção em todo o território nacional a partir dos dados do censo agropecuário, distinguindo-se e inovando em relação às metodologias já reconhecidas na literatura sobre o tema. Neste sentido, há um duplo avanço situado na proposta metodológica desenvolvida e na quantificação da produção para autoconsumo segundo os cortes para a agricultura familiar e não familiar.

Ainda que os dados indiquem uma variação importante na presença da produção para autoconsumo nos estabelecimentos agropecuários do Brasil, a sua ocorrência se manifesta em todos os estratos de área definidos pelo IBGE. Isto implica reconhecer, de um lado, que a produção para autoconsumo impacta de forma mais intensiva entre os estabelecimentos rurais de menor área e, de outro lado, que o autoconsumo também tem uma participação importante no volume total produzido pelos estabelecimentos de maior área. Neste caso, o critério tamanho de área é um aspecto diferenciador, mas não definitivo.

Assim, este trabalho pode ser entendido como tentativa de avançar no debate sobre o papel assumido pela produção para autoconsumo na agricultura brasileira. O fato de a agricultura não familiar também se valer deste tipo de produção parece uma evidência significativa que expressa a existência de certa complementaridade entre produção para venda e produção para consumo. Os trabalhos de José de Souza Martins e Afrânio Garcia, entre outros, já demonstraram, cada um à sua maneira, o papel das relações não capitalistas de produção na agricultura, especialmente a de base familiar, o que os dados do censo agropecuário permitem extrapolar também para o universo não familiar. Isto significa que a produção para autoconsumo não é um estorvo ou um traço tradicional a ser removido dos estabelecimentos agropecuários do Brasil, pois ela tanto pode garantir a segurança alimentar para as unidades pequenas e mais vulneráveis, com poucas chances de aumentar suas escalas, como representar uma alternativa de acesso a produtos alimentares saudáveis e frescos, colhidos no pomar e na horta, por aqueles produtores rurais que produzem para a venda e para o mercado, mas não abandonaram a autossuficiência da “produção pro gasto”, que lhes dá autonomia e identidade social ao alcance das mãos.

Apesar de, neste trabalho, o foco estar na discussão sobre a quantificação do autoconsumo entre o conjunto de estabelecimentos em que este tem ocorrência, foi possível delinear e definir que, tratado isoladamente, não parece fazer sentido tomar apenas o enfoque do autoconsumo como explicativo do modo de funcionamento dos estabelecimentos agropecuários. É preciso reconhecer e trazer à tona que a qualquer explicação condizente do papel assumido pelo autoconsumo se faz necessário agregar outros aspectos, entre os quais se podem citar a importância das demais atividades agrícolas, a combinação de atividades dentro e fora dos estabelecimentos e as receitas oriundas da Previdência Social e das transferências governamentais.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; HIRAI, W. G. A dimensão rural da insegurança alimentar: transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2009. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_1_2009/090909-Anjos-14128-Diagramado-1-17.pdf>.
- ANJOS, F. S.; DEL GROSSI, M. E.; CALDAS, N. V. La seguridad alimentaria bajo otra mirada: análisis sobre la evolución de la población brasileña ocupada en actividades de autoconsumo. **Investigaciones geográficas**, n. 73, p. 103-118, 2010. Disponível: <http://www.igeograf.unam.mx/web/sigg/docs/pdfs/publicaciones/inves_geo/boletines/73/bltn73_art_g.pdf>.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v20/v20n3_08.pdf>.

ANJOS, F. S. *et al.* Abrindo a caixa-verde: estudo sobre a importância do autoconsumo na agricultura familiar gaúcha. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL*, 42., Cuiabá, Mato Grosso. **Anais...** Cuiabá: Sober, 2004.

BARBOSA, D. B. A. **Avaliação da renda de autoconsumo como fator de subestimação da renda domiciliar**: um estudo de caso. 2003. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981. 181 p.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília: Congresso Nacional, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2012-2013**. Brasília: MDA, jun. 2012. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano-safra/publicacoes/pageflip-view?pageflip_id=10198443>.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista estudos feministas**, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21699.pdf>>.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: um estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 1964. 9. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001. 376 p.

CHAMBERS, R. Poverty and livelihoods: whose reality counts? **Environment and urbanization**, v. 7, n. 1, p. 173-204, Apr. 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974. 342 p.

_____. Sobre teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. *In: SILVA, J. G.; STOLEKE, V. A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-63.

CONSEA – CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **A construção da política nacional de segurança alimentar e nutricional**. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL*, 2., Olinda: Consea, 2004. (Relatório Final). Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/as-conferencias/ii-conferencia/relatorio-final>>.

DELGADO, G. C.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90. *In: LEITE, S. (Org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil*. ed. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p. 225-250. (Série Estudos Rurais).

DELGADO, N. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. *In: DELGADO, N. Brasil rural em debate*: coletânea de artigo. Brasília: CONDRAF/NEAD, 2010. p. 28-78.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Cesta básica nacional 2006**. São Paulo: Dieese, jan. 2006. Disponível em: <<http://trovatore.dieese.org.br/analisecestabasica/analiseCestaBasica200601.html>>. Acesso em: jan. 2011.

DUVAL, H. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Metodologia em ação: a importância de se apreender invisibilidades nos assentamentos rurais. **Retratos de assentamentos**, n. 14, p. 31-68, 2011.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. **The journal of development studies**, v. 35, n. 1, p 1-38, Oct. 1998.

_____. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

GADELHA, E.; MALUF, R. S. A contribuição da produção para autoconsumo no acesso aos alimentos. **Democracia viva**. Rio de Janeiro, n. 39, p. 40-43, jun. 2008.

GARCIA FILHO, D. P. **Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários**. Brasília: Inca/FAO, 1999. 58 p.

GARCIA JÚNIOR, A. R. **Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 p.

_____. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora UnB/MCT-CNPQ, 1989. 285 p.

_____. Geração de rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. *In*: ROMEIRO, A. *et al.* **Reforma agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes; Ibase/FAO, 1994, p. 87-98.

GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E. R.; NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea; Mapa, 2010.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5583/000472644.pdf?sequence=1>>.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da agricultura familiar? *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 43., 2005, Ribeirão Preto, São Paulo. **Anais...** Ribeirão Preto: Sober, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. G. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: IE-UNICAMP, 1996.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11001/000601676.pdf?sequence=1>>.

GUEVARA, L. E. T. Autoconsumo y reciprocidad entre los campesinos andinos: caso Fômeque. **Cuadernos de desarrollo rural**, Colômbia, n. 48, p. 79-98, 2002. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1995/1277>>.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 164 p.

HEREDIA, B. M. A.; GARCIA, M. F.; GARCIA JÚNIOR, A. R. O lugar da mulher em unidades domésticas camponesas. *In*: AGUIAR, N. (Coord.). **Mulheres na força de trabalho na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 29-44.

HIRAI, W. G. **Agricultura familiar e segurança alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006** – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**: manual do recenseador. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc1131.pdf>.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M.; OLIVEIRA, J. A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no Censo Agropecuário 2006. **Retratos de assentamentos**, n. 13, p. 31-74, 2010.

LEITE, S. P. Autoconsumo y sustentabilidad en la agricultura familiar: una aproximación a la experiencia Brasileña. *In*: BELIK, W. **Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 2004, p. 123-181.

LOVISOLO, H. R. **Terra, trabalho e capital**: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

MALUF, R. S. (Coord.). **Estratégias de desenvolvimento rural, multifuncionalidade da agricultura e agricultura familiar**: identificação e avaliação de experiências em diferentes regiões brasileiras. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. 87 p. (Relatório Final de Pesquisa).

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; MARQUES, S. B. **Caderno 'segurança alimentar'**. Natal: DHnet, 2001. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.Br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>>. Acesso em: jul. 2006.

MARQUES, F. C. *et al.* Circulação de alimentos: dádiva, sociabilidade e identidade. *In*: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 154-176.

MARTINE, G. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? **Lua nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-38, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>>.

MATTEI, L.; MALUF, R. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. **Fóruns DRS**: boletim eletrônico, ano 5, 72. ed., jan. 2011. Disponível em: <<http://iicaforumdrs.org.br/iica2011/adm/arquivosup/1643458c1c69dbabec3e8b97c96bf70Edicao%2072.pdf>>.

MEDEIROS, L. S. Agricultura familiar no Brasil: aspectos da formação de uma categoria política. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p.131-152.

MENASCHE, R. **Os grãos da discórdia e o risco à mesa**: um estudo antropológico das representações sociais sobre os cultivos de alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3647/000402890.pdf?sequence=1>>.

_____. **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MENASCHE, R.; MARQUES, F. C.; ZANETTI, C. Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação. **Revista de nutrição**, v. 21, jul./ago. 2008. (Suplemento). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rn/v21s0/13.pdf>>.

MIELITZ NETTO, C. G. A. Agricultura familiar no contexto das políticas públicas brasileiras. *In*: MANZANAL, M.; NEIMAN, G. **Las agriculturas familiares del Mercosur**: trayectorias, amenazas y desafíos. Buenos Aires: CICCUS, 2010, p. 61-77.

NORDER, L. A. C. **Políticas de assentamento e localidade**: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil. 2004. Tese (Doutorado) – Universidade de Wageningen, Wageningen, 2004.

_____. A construção da segurança alimentar em assentamentos rurais: questões, contextos e métodos. **Cadernos de debate**, São Paulo, v. 6, p. 40-58, 1998. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/A_Construcao_da_Seguranca_Alimentar_em_Assentamentos_Rurais.pdf>.

OWEN, W. F. The double developmental squeeze on agriculture. **American economic review**, v. 56, n. 1, p. 43-70, Mar. 1966.

PICOLOTTO, E. L. A emergência dos “agricultores familiares” como sujeitos de direitos na trajetória do sindicalismo rural brasileiro. **Mundo agrário**, v. 9, n. 18, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v9n18/v9n18a01.pdf>>.

PLOEG, J. D. **Labor, markets, and agricultural production**. Boulder: Westview Press, 1990.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. *In*: GUZMAN, E. S. (Ed.). **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.

_____. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

_____. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 376 p.

RAMOS, M. O. A “comida da roça” ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de agricultores de Maquiné (RS). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11918/000619128.pdf?sequence=1>>.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio: produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do estado de São Paulo**. Araraquara: Fundação ITESP/Uniar, 2003.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEYFERTH, G. Identidade camponesa e identidade étnica (um estudo de caso). **Anuário antropológico**, Rio de Janeiro, p. 31-63, 1991.

TARTARUGA, I. G. P.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Segurança alimentar e produção para autoconsumo na agricultura familiar do Rio Grande do Sul**. (Relatório de Pesquisa). Porto Alegre: [s.n.], 2005. 46 p.

TEIXEIRA, I. B. C.; SILVA, A. G. A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no nordeste. *In*: SILVA, A. G. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 73-118.

_____. Nem só de pão vive o homem: a realidade alimentar no rural nordestino. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina, Paraná. **Anais...** Londrina: Sober, 2007.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture: le paysan polonais**. Paris: Armand Colin, 1973.

UFRGS – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; UFPEL – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS; CNPq – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e pluriatividade: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul – AFDLP**. (Projeto de Pesquisa). Pelotas: AFDLP-UFRGS/UFPEL/CNPq, 2003.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 147 p.

WOORTMANN, K. Hábitos e ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda: relatório final. **Série antropologia**, Brasília, n. 20, 114 p., 1978.

WOORTMANN, E. F.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da UnB, 1997. 192 p.

ZANETTI, C.; MENASCHE, R. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e autoconsumo. *In*: MENASCHE, R. (Org.). **A agricultura familiar à mesa**: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 130-141.

APÊNDICE

APÊNDICE A

METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO AUTOCONSUMO A PARTIR DO CENSO AGROPECUÁRIO 2006

a) Produção de origem animal (W900001)

W900001 = {V144546 valor dos bovinos abatidos no estabelecimento + [W147200 valor da produção do leite – W147500 valor total do leite vendido – (V144753 quantidade de leite cru beneficiado no estabelecimento x V144749 preço médio do litro do leite produzido)] + V150172 valor dos bufalinos abatidos + (W152300 valor da produção de leite bubalino – W152400 valor da venda de leite bubalino) + V191172 valor dos suínos abatidos no estabelecimento + V200172 valor dos caprinos abatidos no estabelecimento + (W202400 valor da produção de leite caprinos – W202500 valor venda de leite caprinos) + V210172 valor dos ovinos abatidos + (W212400 valor da produção de lã – W212500 valor venda de lã) + W223900 valor do abate de galinhas, galos, frangos + (W224100 valor da produção de ovos de galinha – W224200 valor de venda de ovos consumo – W224300 valor de venda ovos incubação) + (V230252 valor de ovos de outras aves produzidos – V230272 valor da venda de ovos de outras aves) + V240152 valor de coelhos abatidos + (W251000 valor da produção de mel – W251100 valor venda de mel de abelha) + (W251200 valor produção cera de abelha – W251300 valor venda cera de abelha) + (W261200 valor produção de peixes – W261300 valor venda peixes) + (W261400 valor produção de camarões – W261500 valor venda camarões) + (W261600 valor produção de ostras – W261700 valor venda de ostras) + (W261800 valor produção de mexilhões – W261900 valor venda mexilhões) + (W270500 valor produção carne de rã – W270600 venda carne de rã)}

b) Silvicultura (W900002)

W900002 = somatório dos produtos com W320007 = 2 (destino do consumo da família) (V321200 valor da produção silvicultura – V321300 valor da venda da produção silvicultura)

c) Horticultura (W900003)

W900003 = somatório dos produtos com W330007 = 2 (destino do consumo da família) (V331200 valor da produção horticultura – V331300 valor da venda da produção horticultura) + V330041 valor da produção da horticultura só para consumo no estabelecimento

d) Floricultura (W900004)

W900004 = somatório dos produtos com V330104 = 2 (destino do consumo da família) (V330102 valor da produção floricultura – V330103 valor da venda da produção da floricultura)

e) Extração Vegetal (W900005)

W900005 = somatório dos produtos com W340007 = 2 (destino do consumo da família) (V341200 valor da produção da extração vegetal – V341300 valor da venda da produção da extração vegetal)

f) Lavoura permanente (W900006)

W900006 = somatório dos produtos com W354208 = 2 (destino do consumo da família) (V352600 valor da produção da lavoura permanente – V352700 valor da venda da produção da lavoura permanente)

g) Lavoura temporária (W900007)

W900007 = somatório dos produtos com W360007 = 2 ou 3 (V362300 valor da produção da lavoura – V362400 valor da venda da produção da lavoura temporária)

h) Agroindústria (W900008)

W900008 = somatório dos produtos com W370108 = 2 (destino do consumo da família) (V371700 valor da produção da agroindústria – V371600 valor da venda da produção da agroindústria – derivados de carne)

i) Valor do autoconsumo total (W900009)

W900009 = W900001 + W900002 + W900003 + W900004 + W900005 + W900006 + W900007 + W900008

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Everson da Silva Moura

Reginaldo da Silva Domingos

Revisão

Andressa Vieira Bueno

Clícia Silveira Rodrigues

Idalina Barbara de Castro

Laeticia Jensen Eble

Leonardo Moreira de Souza

Luciana Dias

Marcelo Araújo de Sales Aguiar

Marco Aurélio Dias Pires

Olavo Mesquita de Carvalho

Celma Tavares de Oliveira (estagiária)

Patrícia Firmina de Oliveira Figueiredo (estagiária)

Editoração

Aline Rodrigues Lima

Bernar José Vieira

Daniella Silva Nogueira

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Daniel Alves de Sousa Júnior (estagiário)

Diego André Souza Santos (estagiário)

Capa

Andrey Tomimatsu

Livraria

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m²
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir para o planejamento do desenvolvimento brasileiro.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

SAE

SECRETARIA DE
ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

G O V E R N O F E D E R A L
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA